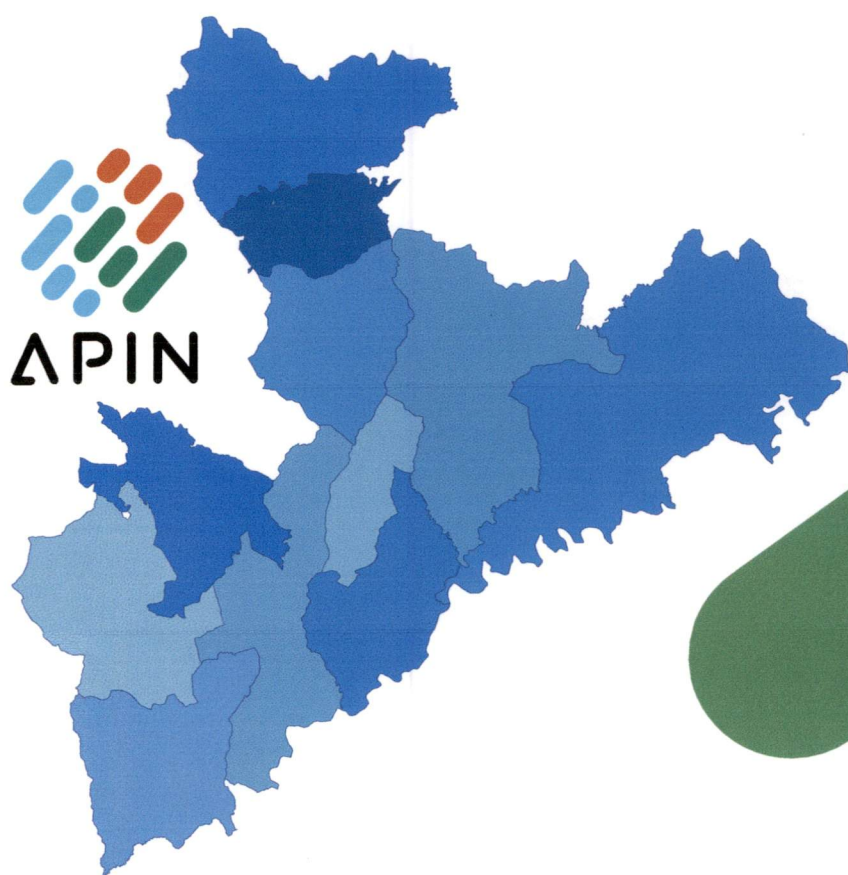


EMPRESA INTERMUNICIPAL DE  
AMBIENTE DO PINHAL INTERIOR

# Relatório de Gestão & Contas 2021



Qualidade

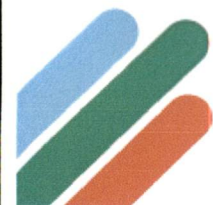
Eficiência

Equidade



## Índice Geral

1	MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	6
2	QUEM SOMOS.....	8
3	A EMPRESA.....	11
3.1	Missão, Visão e Objetivos.....	12
3.1.1	Missão.....	12
3.1.2	Visão.....	12
3.1.3	Objetivos.....	13
3.2	Órgãos Sociais.....	13
3.2.1	Assembleia Geral.....	13
3.2.2	Conselho de Administração.....	13
3.2.3	Fiscal Único.....	14
3.3	Estrutura Organizacional da APIN.....	14
3.3.1	Regional.....	14
3.3.2	Funcional.....	16
3.4	Caracterização da Situação Atual.....	18
4	REGULAÇÃO.....	19
4.1	Regulamento de Serviço APIN.....	19
4.2	Regulação Económica.....	20
4.3	Regulação da Qualidade do Serviço.....	20
4.4	Política de Privacidade.....	20
5	INDICADORES DO ANO 2021.....	21
5.1	Posição Económico-Financeira.....	21
5.2	Aprovisionamento - Contratação Pública.....	21
5.3	Recursos Humanos.....	23
5.4	Candidaturas a Fundos Comunitários.....	24
5.5	Candidatura ao Fundo Ambiental.....	26
6	OS PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS.....	27
7	ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE.....	31
7.1	Linhas Estratégicas.....	31
8	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS.....	32
9	PROJETOS ESTRUTURANTES.....	36
9.1	Abastecimentos de Água.....	36





9.2	Gestão de Resíduos Urbanos.....	36
10	ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO .....	38
11	ATIVIDADE DA EMPRESA.....	41
11.1	Indicadores de Atividade.....	41
11.1.1	Clientes.....	41
11.1.2	Balcão Digital e Envio Eletrónico de Fatura .....	42
11.1.3	Reclamações.....	43
11.1.4	Volumes faturados.....	43
11.2	Abastecimento de Água.....	44
11.2.1	Volume aduzido à rede .....	44
11.2.2	Avarias na rede.....	45
11.2.3	Deteção de fugas.....	46
11.2.4	Qualidade da água .....	46
11.2.5	Ramais novos de abastecimento de água .....	46
11.3	Saneamento de Águas Residuais.....	47
11.3.1	Volumes recolhidos nas redes de saneamento.....	47
11.3.2	Quantidade e volumes recolhidos em fossas.....	47
11.3.3	Operação e manutenção de ETAR .....	48
11.3.4	Ramais novos de Saneamento .....	49
11.4	Gestão de Resíduos Urbanos.....	49
11.5	Obras executadas ou em execução.....	50
11.6	Planeamento e Projeto .....	51
11.7	Sistema de Informação Geográfica (SIG) e Cadastro .....	52
11.8	Segurança e Saúde no Trabalho .....	53
11.9	Comunicação e Imagem.....	54
11.10	Responsabilidade Social .....	56
12	ANÁLISE ECONÓMICO FINANCEIRA.....	57
12.1	Estrutura de Rendimentos .....	57
12.2	Estrutura de Gastos .....	57
12.3	Resultado .....	58
12.4	Capital Próprio .....	58
12.5	Principais Rácios Financeiros.....	59
12.6	Gestão de Riscos .....	59
12.7	Ações Próprias .....	60




12.8	Negócio entre a Sociedade e os Seus Administradores.....	60
12.9	Sucursais.....	60
12.10	Situação Fiscal e Contributiva.....	60
13	OBRAS RELEVANTES A EFETUAR NO FUTURO.....	61
14	IMPOSTO DIFERIDO SOBRE O RENDIMENTO.....	65
15	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	65
16	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	65
17	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS A CARGO DOS SÓCIOS (Artigo 40.º, n.ºs 2 e 8 da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto).....	66
18	FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO.....	67
19	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	68
19.1	BALANÇO.....	69
19.2	DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS.....	70
19.3	DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES.....	71
19.4	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	72
19.5	DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO - 2021.....	73
19.6	DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO - 2020.....	74
20	ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	75

### Índice de Figuras

Figura 1-	Cadeia de valor do setor de águas e resíduos.....	10
Figura 2 -	Estrutura organizacional.....	15
Figura 3 -	Organograma da Empresa.....	17
Figura 4 -	Número de colaboradores.....	33
Figura 5 -	Balcão digital.....	42
Figura 6 -	Mapa geográfico da Empresa.....	61

### Índice de Quadros

Quadro 1-	Estrutura acionista.....	11
Quadro 2 -	Âmbito territorial.....	12
Quadro 3 -	Colaboradores por género e por direção.....	23
Quadro 4 -	Idade dos colaboradores por escalões etários.....	24
Quadro 5 -	Candidaturas aprovadas pelo POSEUR por concelho.....	25
Quadro 6 -	Candidaturas aprovadas pelo POSEUR por tipologia.....	26
Quadro 7 -	Horas de formação.....	35
Quadro 8 -	Cenário macroeconómico 2021-2022.....	40



Quadro 9 - Contratos ativos .....	41
Quadro 10 - Contratos ativos por tipo de utilização .....	41
Quadro 11 - Modo de efetuar a reclamação .....	43
Quadro 12 - Limpeza de fossas realizadas e respetivos volumes .....	48
Quadro 13 - ETAR sob gestão da APIN .....	48
Quadro 14 - Parque de contentores .....	49
Quadro 15 - Rendimentos e ganhos .....	57
Quadro 16 - Gastos e perdas .....	57
Quadro 17 - Resultados .....	58
Quadro 18 - Capital próprio .....	59
Quadro 19 - Indicadores da posição financeira .....	59

### Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Balanço de 2021 .....	21
Gráfico 2 - Número de adjudicações por tipo de procedimento .....	22
Gráfico 3 - Valor dos procedimentos de contratação por tipo de procedimento .....	22
Gráfico 4 - Distribuição por género do total de colaboradores    Gráfico 5 - Distribuição por género em funções administrativas .....	23
Gráfico 6 - Evolução da estrutura de recursos humanos .....	34
Gráfico 7 - Colaboradores por tipo de contrato de trabalho .....	34
Gráfico 8 – Habilitações literárias .....	35
Gráfico 9 - Volumes de água fornecidos .....	44
Gráfico 10 – Volumes totais de água adquirida em "alta" .....	45
Gráfico 11 - Efluente entregue em "alta" .....	47
Gráfico 12 - Recolha de resíduos indiferenciados .....	50



## 1 MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nos termos dos estatutos da APIN e da legislação aplicável, vem o Conselho de Administração da APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, E.I.M., S.A. (APIN), apresentar o Relatório de Gestão e Contas relativo ao período de 2021.

O atual Conselho de Administração da APIN tomou posse em 19 de novembro de 2021. A nova constituição dos Órgãos Sociais da APIN, resulta do processo eleitoral ocorrido em 2021 e consequente tomada de posse dos novos eleitos locais nos respetivos cargos autárquicos dos seus municípios, os únicos acionistas desta Empresa.

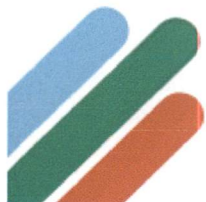
Se o ano de 2020 marcou definitivamente o início de atividade da APIN, foi no ano de 2021 que a Empresa começou a ter maior atividade e visibilidade no terreno, passando a garantir junto dos seus clientes, acionistas e outros *stakeholders* uma gestão efetiva e autónoma dos serviços de águas e resíduos. O ano de 2021 ficou também marcado pelo início das ações previstas no plano de investimentos, nomeadamente as resultantes das candidaturas aprovadas e financiadas por fundos comunitários - POSEUR.

Tendo em vista o cumprimento da missão, da visão e dos seus objetivos, a APIN está empenhada em garantir as condições que permitam a sua sustentabilidade operacional e financeira. Não estando naturalmente imune ao aumento generalizado dos preços que impactam na sua estrutura de custos, mantém-se alinhada com uma estratégia de melhoria contínua em todos os processos de produção / distribuição de água, recolha / tratamento de efluentes domésticos e a recolha de resíduos urbanos.

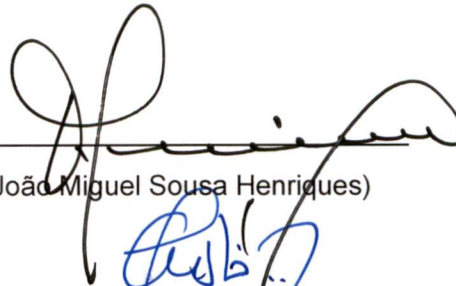
Ao nível tarifário, a APIN e os municípios que a constituem, conscientes da crise originada pela pandemia de coronavírus, aprovaram a aplicação de uma redução de 25% na tarifa fixa aos consumidores domésticos, durante os meses de fevereiro a abril de 2021, bem como a isenção de 100% do valor da tarifa fixa aplicada às empresas, à indústria e ao comércio. Adicionalmente e no que concerne às Instituições de solidariedade Social e às Associações de utilidade pública foi aprovada a retirada da tarifa fixa até ao final de 2021.

Estamos conscientes da importância e mais valias associadas à criação de Entidades agregadas como a APIN, com foco e dedicação em exclusivo à gestão do nosso meio ambiente, capaz de dar resposta a um sector bastante desafiante e em constante mutação, cuja missão vai para além de critérios exclusivamente economicistas.


Vamos continuar o trabalho desenvolvido, numa perspetiva de sustentabilidade, de eficácia e de eficiência, em prol das populações que servimos e de um futuro ambientalmente mais sustentável.



Para concretizar os nossos objetivos e materializar a nossa ambição em resultados, contamos naturalmente com a cooperação de todos desde os colaboradores, a comissão executiva e todos os acionistas.



(João Miguel Sousa Henriques)



(Jorge Alves Custódio)



(Marta Inês Dinis Brás Cardoso Fernandes)



## 2 QUEM SOMOS

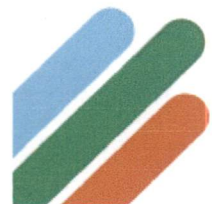
Integram a APIN os municípios de Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penacova, Penela e Vila Nova de Poiares. A APIN opera no sector do ambiente, na sequência da autorização para a criação de um sistema intermunicipal de serviços de abastecimento público de água, saneamento de águas residuais e recolha de resíduos urbanos. A APIN cobre uma área de cerca de 1.900 km<sup>2</sup>, com cerca de 79,5 mil habitantes, dos quais aproximadamente 60 mil são clientes.



A APIN é regulada pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que estabelece o regime jurídico da atividade empresarial local e, subsidiariamente, pelo código das sociedades comerciais. Obedece ao regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, por força da Lei n.º 73/2013, de 13 de setembro e a Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, condicionando o regime de financiamento aos limites legais de endividamento municipal e demais regras aplicáveis.

Nos termos dos seus estatutos, a APIN tem por objeto a gestão de serviços de interesse geral, e mais concretamente a exploração e a gestão do Sistema Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, que agrega os sistemas municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos dos supracitados municípios, no respetivo território.

Esta atividade foi formalizada através de um Contrato de Gestão Delegada dos 11 municípios para a APIN, celebrado a 2 de outubro de 2019, por um período de 30 anos contados a partir do dia seguinte ao termo do período de transição.





  
bet

### Cadeia de Valor

As atividades de abastecimento público de água às populações, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos constituem serviços públicos de caráter estrutural, essenciais ao bem-estar geral, à saúde pública e à segurança coletiva das populações, às atividades económicas e à proteção do ambiente. Devem por isso obedecer a um conjunto de princípios, entre os quais se destacam a universalidade de acesso, a continuidade e a qualidade do serviço, a eficiência e a equidade de preços.

O setor de água e resíduos pode dividir-se em dois subsectores significativamente distintos na perspetiva tecnológica: 1) o subsector dos serviços de águas e; 2) subsector dos serviços de gestão de resíduos urbanos. A cadeia de valor das atividades dos serviços de águas e resíduos permite compreender a sua complementaridade enquanto peças fundamentais do, tradicionalmente designado, saneamento básico (Figura 1).

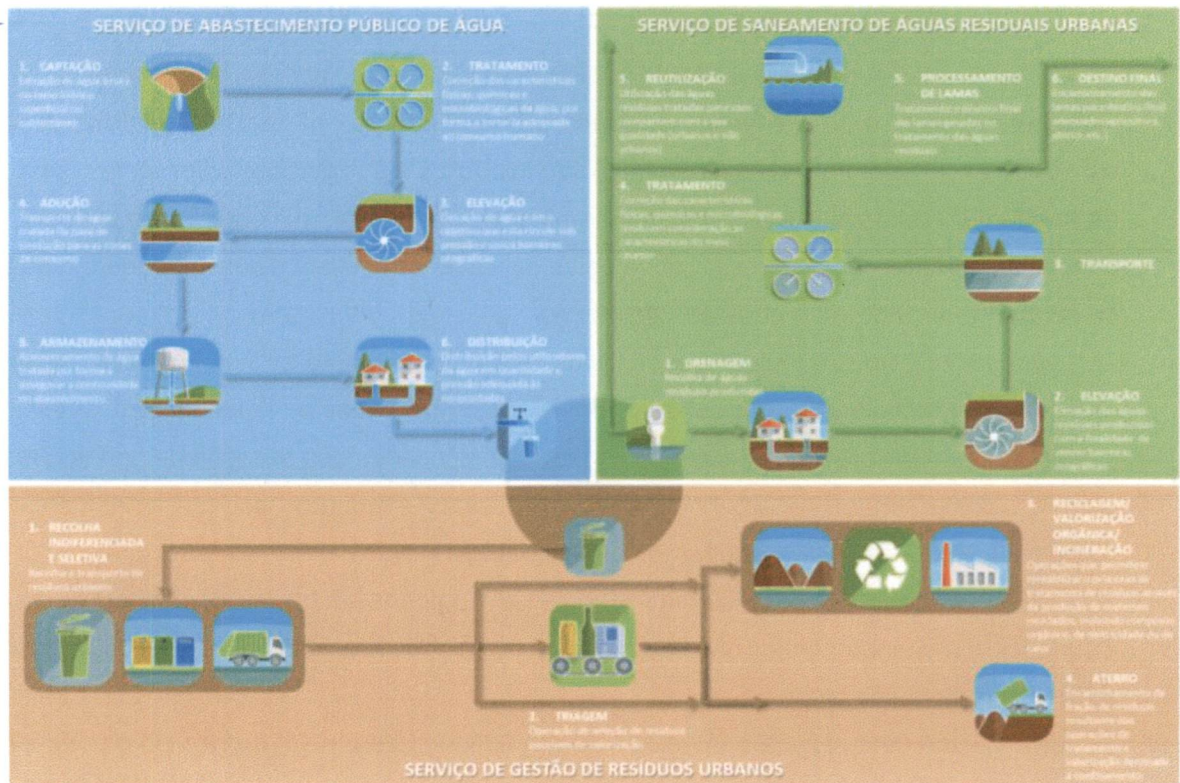
Esta estruturação dos sistemas conduziu a vantagens em termos de economias de escala e conduziu simultaneamente à divisão da cadeia de valor da prestação dos serviços considerando as fases do processo produtivo.

A gestão centralizada e integrada na região favorece o nível de serviço e poupança nos recursos.

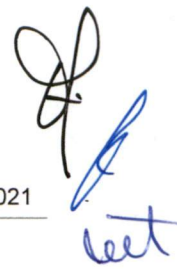
Saliente-se que os centros de competências regionais, em rede, permitem uma maior sustentabilidade ambiental e financeira e são potenciadores de economias de escala, face a sistemas municipais isolados.



Figura 1- Cadeia de valor do setor de águas e resíduos



Fonte: RASARP2019\_Volume1

  
cet

### 3 A EMPRESA

**Designação Social:** APIN - Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, E.I.M., S.A.

**Sede Social:** Zona Industrial de Penela, Lote 15, 3230-347 Penela

**Pessoa Coletiva:** 515 515 507

**Capital Social:** € 1.100.000

**Nº Registo na Conservatória do Registo Comercial de Penela:** 515 515 507

*Quadro 1- Estrutura acionista*

Município	% Capital Social	Valor do Capital Social
Alvaiázere	8,98%	98 780 €
Ansião	13,73%	151 030 €
Castanheira de Pera	4,26%	46 860 €
Figueiró dos Vinhos	5,82%	64 020 €
Góis	7,20%	79 200 €
Lousã	18,39%	202 290 €
Pampilhosa da Serra	7,90%	86 900 €
Pedrógão Grande	5,54%	60 940 €
Penacova	14,04%	154 440 €
Penela	6,77%	74 470 €
Vila Nova de Poiares	7,37%	81 070 €
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>1 100 000 €</b>

A Empresa situa-se no interior do País, NUTS III, e caracteriza-se por uma baixa densidade populacional, com municípios entre os 17 mil habitantes (Lousã) e os 2,7 mil habitantes (Castanheira de Pera).

No quadro seguinte resumem-se os dados populacionais, de alojamentos e área dos municípios integrantes da agregação:



Quadro 2 - Âmbito territorial

Município	População	Alojamentos	Área (km <sup>2</sup> )
Alvaiázere	6 239	5 728	160
Ansião	11 645	8 548	176
Castanheira de Pera	2 657	2 692	67
Figueiró dos Vinhos	5 281	4 905	173
Góis	3 811	5 048	263
Lousã	17 007	10 464	138
Pampilhosa da Serra	4 083	5 605	396
Pedrógão Grande	3 391	3 569	129
Penacova	13 113	8 385	217
Penela	5 440	4 382	132
Vila Nova de Poiares	6 807	4 439	84
<b>Total</b>	<b>79 474</b>	<b>63 765</b>	<b>1 937</b>

Fonte: Censos INE de 2021 (Resultados Provisórios)

Os onze municípios que integram a APIN apresentam algumas características distintas, desde logo ao nível da população e área geográfica. Em termos populacionais, a população dos oito municípios menos populosos soma 37,7 mil habitantes, enquanto nos três municípios mais populosos, Ansião, Lousã e Penacova, ascende a 41,8 mil habitantes.

Em termos de densidade populacional obtêm-se variações entre os 10,3 hab./km<sup>2</sup> (Pampilhosa da Serra) e os 122,9 hab./km<sup>2</sup> (Lousã).

### 3.1 Missão, Visão e Objetivos

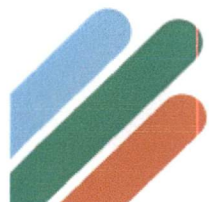
#### 3.1.1 Missão

Assegurar os serviços públicos de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de recolha de resíduos urbanos de forma a garantir elevados níveis de qualidade de serviço ao menor custo para os utilizadores.

Os desafios que os referidos serviços enfrentam, exigem uma gestão mais profissional, com maior capacidade financeira, técnica e tecnológica e com uma dimensão capaz de garantir a sua sustentabilidade atual e também para as futuras gerações.

#### 3.1.2 Visão

Ser reconhecida como referência empresarial no setor, pela qualidade do serviço que presta e pela competência profissional.





Assumir-se como uma Empresa Intermunicipal, orientada para estabelecer tarifários justos e equilibrados, que sejam:

- Socialmente acessíveis;
- Protetores do ambiente;
- Economicamente sustentáveis;
- Garantindo níveis de excelência consentâneos com as melhores práticas do setor, no que se refere a:
  - ✓ Rigor nos Investimentos;
  - ✓ Rigor na Gestão;
  - ✓ Rigor na Eficiência.

### 3.1.3 Objetivos

- Promover a **qualidade** do serviço prestado, potenciando a satisfação dos clientes;
- Aumentar a **eficiência** operacional, mantendo proximidade com os utilizadores;
- Garantir **equidade** entre os utilizadores, sendo socialmente responsável;
- Privilegiar a **economia circular**: redução, reutilização, recuperação e reciclagem de materiais e energia;
- Fomentar uma **cultura de inovação, desenvolvimento e de melhoria contínua**.

## 3.2 Órgãos Sociais

### 3.2.1 Assembleia Geral

A composição da Assembleia Geral da APIN a 31 de dezembro de 2021 é a seguinte:

- Presidente – município da Lousã, representado por: Luís Miguel Correia Antunes
- Secretário – município de Penela, representado por: Eduardo Jorge Mendes Nogueira dos Santos

### 3.2.2 Conselho de Administração

A composição do Conselho de Administração a 31 de dezembro de 2021 é a seguinte:

- Presidente – município de Vila Nova de Poiares, representado por: João Miguel Sousa Henriques
- Vogal – município da Pampilhosa da Serra, representado por: Jorge Alves Custódio
- Vogal – município de Figueiró dos Vinhos, representado por: Marta Inês Dinis Brás Cardoso Fernandes



O Conselho de Administração delega a gestão corrente da Empresa numa Comissão Executiva, fixando-lhes os limites de delegação.

O Conselho de Administração da APIN sofreu alterações na sua composição durante o ano de 2021, que produziu efeitos a partir da data da tomada de posse dos novos Órgãos Autárquicos dos respetivos Municípios e Acionistas da APIN, que ocorreu na sequência da realização das eleições autárquicas.

### 3.2.3 Fiscal Único

- Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados, SROC, S.A., representado por: Bruno José Machado de Almeida.

Como Fiscal Único suplente: José Joaquim Marques de Almeida

## 3.3 Estrutura Organizacional da APIN

### 3.3.1 Regional

Face à elevada área geográfica, à baixa densidade populacional e ao elevado cumprimento de rede de água por alojamento, determinou-se que os serviços operacionais não se deviam concentrar todos num único local.

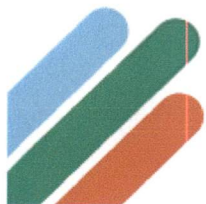
Efetivamente, ainda que estes serviços se localizassem no centro de gravidade da região, as distâncias a percorrer implicariam ineficiências em termos de custos de transporte e tempo despendido. Assim, optou-se por uma organização com três níveis de funcionalidades:

- Uma Sede;
- Três Polos Operacionais;
- Centros Operacionais<sup>1</sup>.

Com estes pressupostos, obteve-se uma estrutura otimizada, eficiente e com elevada capacidade de decisão e resposta.

---

<sup>1</sup> A 31 de dezembro de 2021 encontravam-se em funcionamento oito centros operacionais.



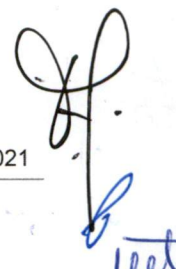
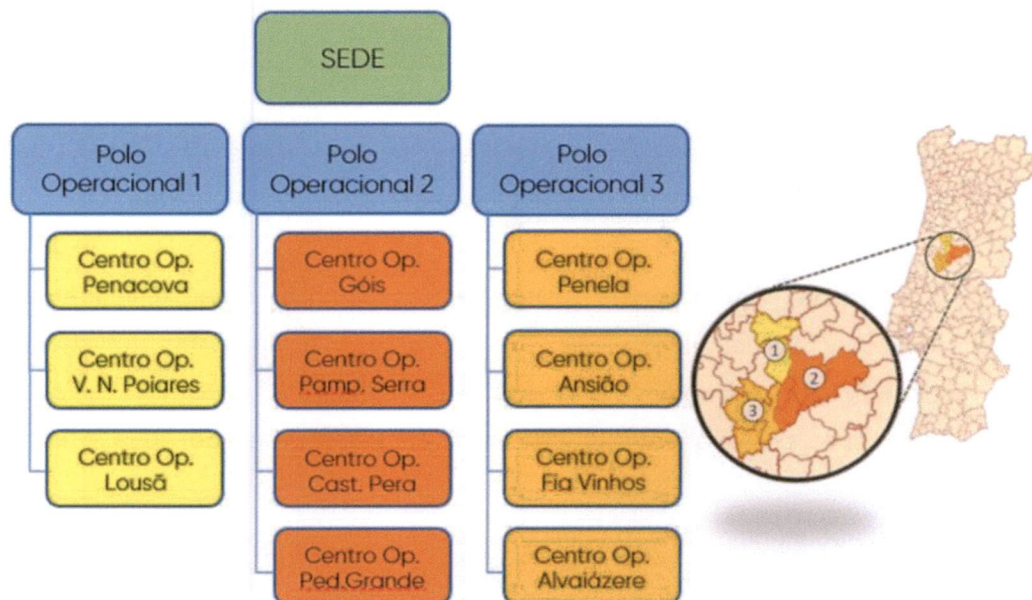


Figura 2 - Estrutura organizacional



A **Sede** concentra todos os serviços de suporte, nomeadamente:

- Administração;
- Primeiras linhas de Direção: Comercial, Administrativa e Financeira, Exploração e Manutenção e Engenharia e Qualidade;
- Planeamento, Projetos e Obras, SIG, Segurança e Saúde no Trabalho e Controlo de Qualidade;
- Gestão dos processos de Faturação e Cobrança;
- Gestão de Reclamações;
- Recursos Humanos;
- Contabilidade e Controlo de Gestão;
- Compras;
- Serviços Administrativos;
- Apoio Informático;
- Certificação.

Os **Polos Operacionais**, localizados nos municípios da Lousã (Polo 1), Pampilhosa da Serra (Polo 2) e Penela (Polo 3), concentram os serviços operacionais transversais a todos os municípios, designadamente:

- Gestão de produção de água e de tratamento e rejeição de efluentes (Operação, manutenção e exploração dos sistemas em “alta”);





- Armazéns e oficinas;
- Recolha de Resíduos Urbanos;
- Parque de veículos especiais e de inertes;
- Manutenção preventiva.

O edifício do Polo Operacional da Lousã possui instalações para os serviços de Controlo de Qualidade, para o Centro de Gestão de Operações e para a Telegestão.

Os **Centros Operacionais** asseguram o serviço e proximidade à população, concentrando concretamente:

- Operação de redes de água e saneamento em “baixa”;
- Manutenção curativa (roturas, colapsos, etc.) das redes de água e saneamento em “baixa”;
- Serviços de atendimento ao público;
- Leituras de contadores.

Os Polos e os Centros Operacionais garantem, a todos os municípios, proximidade do serviço à população e capacidade de resposta descentralizada.

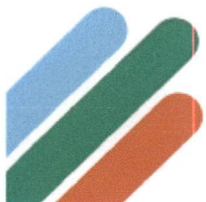
Para reduzir sobreposições de dimensionamento de escritórios e pessoal, a Sede coincide com um dos Polos Operacionais e cada Polo Operacional coincide com um Centro Operacional.

### 3.3.2 Funcional

#### 3.3.2.1 Organograma

O organograma da APIN é composto por:

- Órgãos Sociais;
- Comissão Executiva;
- 5 Unidades de Suporte à Comissão Executiva;
- 4 Direções;
- 19 Áreas Operacionais.





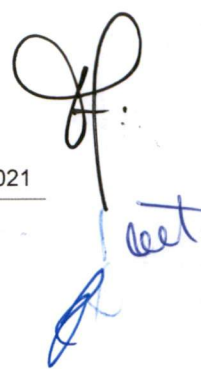
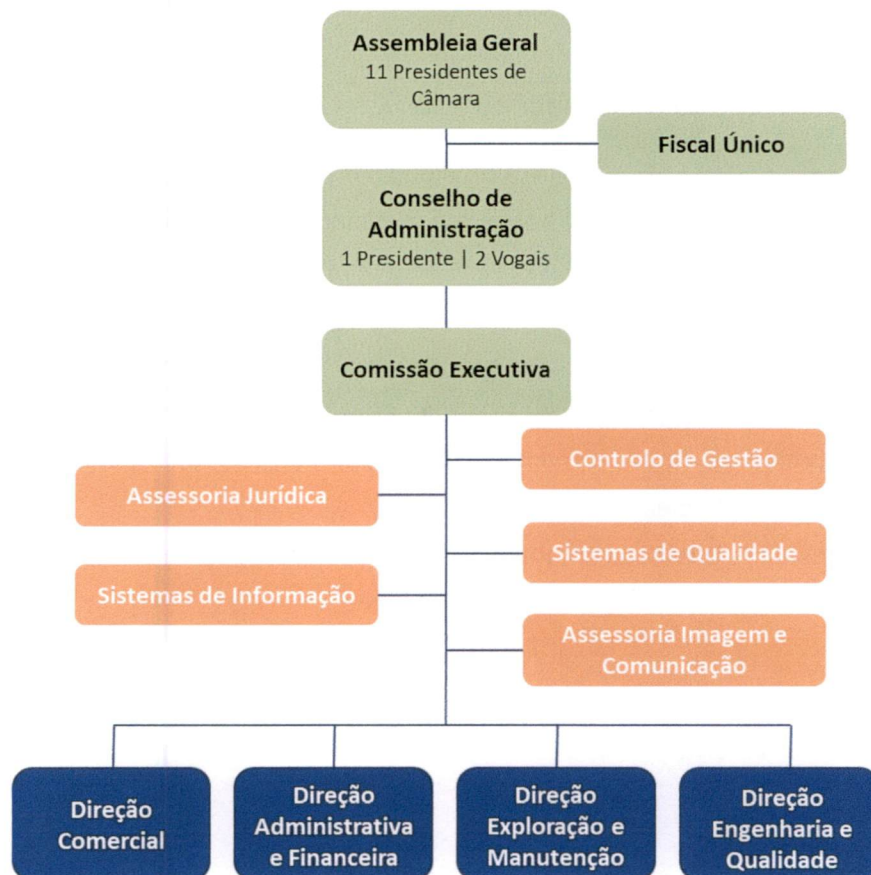


Figura 3 - Organograma da Empresa




### 3.3.2.2 Aspetos relacionados com os trabalhadores

Segundo o artigo 28.º da Lei n.º 50/2012, o estatuto do pessoal das empresas é o do regime do contrato individual de trabalho (sendo assim o mesmo regulado pelo direito privado), havendo lugar a exercício de funções por parte de trabalhadores que exercem funções públicas através de acordo de cedência de interesse público, aplicando-se, então, as regras de direito administrativo.

Note-se que, os direitos e regalias dos trabalhadores que transitaram em regime de cedência mantêm-se inalterados. Além disso, a transição para a nova estrutura agregada aconteceu numa base voluntária.

A Empresa Intermunicipal implementa ainda políticas de recursos humanos orientadas para a sua valorização e promoção da igualdade (em conformidade com o artigo 50.º do DL n.º 133/2012).





Durante o ano de 2021 houve um processo de recrutamento e formação de novos colaboradores. No final de 2021 verificava-se a existência de 36 colaboradores que transitaram das Câmaras Municipais para a APIN.

### 3.4 Caracterização da Situação Atual

A acessibilidade física e a taxa de atendimento do serviço de abastecimento de água e do serviço de gestão de resíduos urbanos e a qualidade da água são globalmente boas, havendo alguns municípios com baixas taxas de atendimento do serviço de saneamento de águas residuais.

No conjunto dos 11 municípios existiam, a 31 de dezembro de 2021, 227 captações, 2.959 km de redes, 390 reservatórios e 90 estações elevatórias de abastecimento de água.

Nos sistemas de saneamento existiam 660 km de redes, 34 ETAR, 61 fossas sépticas coletivas e 58 estações elevatórias.

Os resíduos urbanos contavam com 10.788 contentores e 24 viaturas.



## 4 REGULAÇÃO

A atividade da APIN está sujeita à regulação económica por parte da ERSAR e rege-se igualmente pelo disposto nos respetivos diplomas constituintes e estatutários, bem como pelo Contrato de Gestão Delegada. As disposições legais e estatutárias, assim como o Contrato de Gestão Delegada, estabelecem obrigações mínimas do serviço público, definem o plano de investimentos.

Os serviços prestados assentam nos princípios da defesa do interesse público, do carácter integrado dos sistemas, da eficiência produtiva e da prevalência da gestão empresarial, alinhados com as políticas públicas e os planos estratégicos sectoriais nacionais.

A atividade da APIN, de exploração de sistemas de titularidade municipal, obedece ao Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, na sua redação atual.

### 4.1 Regulamento de Serviço APIN

Pretende-se que a gestão da APIN seja realizada de acordo com os normativos nacionais e internacionais, de modo a assegurar um correto cumprimento do desígnio da Empresa.

O regulamento de serviço constitui o principal instrumento que regula as relações entre a Entidade Gestora e os utilizadores, pelo que deve conter, de forma clara e detalhada, o conteúdo e a forma de exercício dos direitos e deveres dos utilizadores, por força do dever de informação que impende sobre o prestador de serviços públicos essenciais, nos termos do disposto no artigo 5.º da Lei n.º 23/96, de 26 de Julho, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 12/2008, de 26 de Fevereiro, designada por Lei dos Serviços Públicos Essenciais.

Tal como disposto no n.º 8 da Cláusula 12.ª do Contrato de Gestão Delegada e até que seja aprovado o regulamento definitivo, mantém-se em vigor, com aplicação a todo o Sistema, o regulamento de serviço vigente à data do termo do Período de Transição num dos municípios da área territorial abrangida escolhido pela Entidade Gestora, em tudo o que não seja contrariado pelo Contrato de Gestão Delegada e pela lei.

O regulamento de serviço escolhido pela Entidade Gestora para aplicar até ser aprovado o regulamento definitivo foi o do município de Góis. Assim, e até à entrada em vigor do regulamento de serviço proposto pela Empresa, é aplicável o regulamento do município de Góis, em tudo quanto não contrarie as condições definidas no contrato de gestão delegada.



## 4.2 Regulação Económica

A atividade da APIN está regulada e sujeita à intervenção da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) nos termos definidos na Lei n.º 10/2014, de 6 de março, no que diz respeito à regulação económica, regulação da qualidade de serviço, da interface com o utilizador, exercendo ainda a ERSAR a atribuição de autoridade competente para a coordenação e a fiscalização do regime da qualidade da água para consumo humano.

## 4.3 Regulação da Qualidade do Serviço

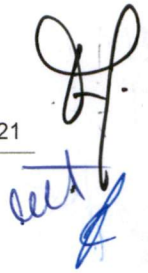
A APIN está sujeita à intervenção da ERSAR quer em termos de qualidade de serviço quer no controlo da qualidade da água para consumo humano.

Desta regulação, resulta o controlo da qualidade da água para consumo humano, de acordo com os parâmetros legais e regulamentares aplicáveis. Nos termos do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, na redação atual, a APIN deve elaborar anualmente o Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA), e submeter para aprovação da ERSAR, cabendo a esta entidade coordenar e a fiscalizar a respetiva implementação.

No cumprimento da legislação, a APIN implementa o PCQA, sendo as situações de incumprimento dos valores paramétricos comunicadas às entidades competentes. Em dezembro de 2021, o PCQA de 2021 da APIN foi aprovado pela ERSAR.

## 4.4 Política de Privacidade

Para exercer a sua atividade, a APIN recolhe e processa dados pessoais de vários titulares, nomeadamente clientes, colaboradores, fornecedores, entre outros. O objetivo desta Política é descrever as orientações da APIN para garantir a proteção dos dados pessoais de todos os que interagem com a nossa Empresa. Este documento apresenta orientações para agir com integridade e em conformidade com os requisitos regulatórios no âmbito da proteção dos dados, devendo ser respeitado por todos os colaboradores da APIN.



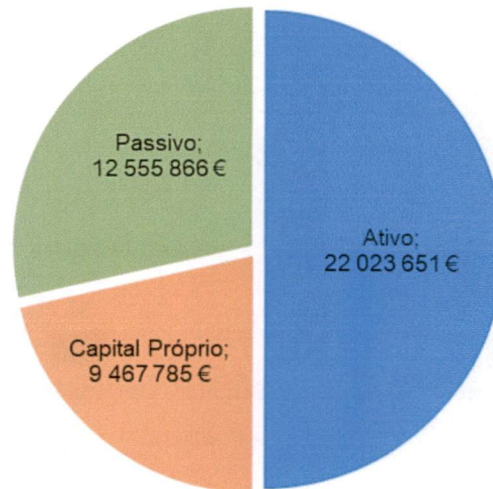
## 5 INDICADORES DO ANO 2021

No presente capítulo é apresentada informação relativa a quatro aspetos fundamentais da gestão, designadamente: posição económico-financeira, contratação pública, candidaturas a fundos não reembolsáveis e recursos humanos.

### 5.1 Posição Económico-Financeira

A posição Económico-Financeira da Empresa a 31 de dezembro de 2021 foi a seguinte:

*Gráfico 1 – Balanço de 2021*



A APIN apresentou um total de Balanço de € 22 milhões.

O Capital Próprio cifrou-se em € 9,5 milhões, que contempla € 1,1 milhões de Capital Social, € 10,8 mil de Reservas legais, € 487,3 mil de Resultados Transitados, € 10 milhões de Outras Variações do Capital Próprio e -2,2 milhões de Resultado Líquido do Período.

O total do Passivo foi de 12,6 milhões.

### 5.2 Aprovisionamento - Contratação Pública

Na aquisição de bens/serviços, locação e empreitadas, a APIN rege-se pelo Código dos Contratos Públicos, utilizando a plataforma eletrónica ACINGOV para o desenvolvimento dos vários tipos de procedimento, garantindo a transparência efetiva sobre todas as suas compras



relevantes. A contratação pública permite à APIN uma melhor alocação dos seus recursos financeiros, gerando uma poupança no ato de contratação.

Ao longo do ano de 2021 foram tramitados diversos procedimentos de contratação, nas mais variadas vertentes, no sentido de assegurar o normal funcionamento da Empresa.

De forma a transmitir uma ideia mais abrangente da vertente da contratação pública, ao longo do ano de 2021 foram desenvolvidos 378 procedimentos de contratação no valor de € 21,2 milhões, dos quais 25 dizem respeito a empreitadas, 180 a aquisições de bens, 171 a aquisição de serviços e 2 a locação de bens móveis.

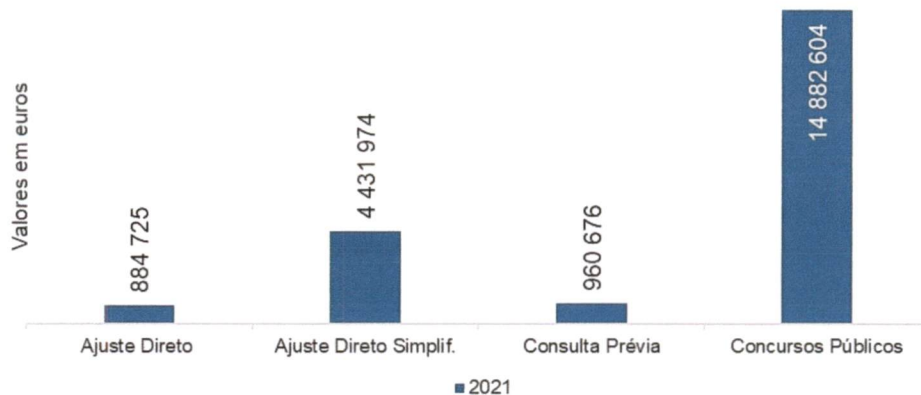
No gráfico seguinte, apresenta-se o número de adjudicações contratualizadas por tipo de procedimento:

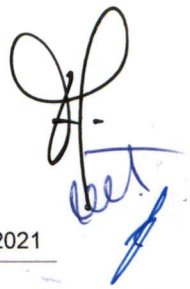
Gráfico 2 - Número de adjudicações por tipo de procedimento



No gráfico seguinte, apresenta-se os valores contratualizados por tipo de procedimento:

Gráfico 3 - Valor dos procedimentos de contratação por tipo de procedimento





Nos gráficos acima é possível constatar que a maior fatia da despesa respeita a Concursos Públicos no valor de € 14,9 milhões, sendo que ao nível da quantidade, as adjudicações por Ajuste Direto Simplificado, representam cerca de 72,8% do total das contratações.

O valor das adjudicações por Concursos Públicos e por Consulta Prévia representam cerca de 77% do total de adjudicações efetuadas no ano de 2021.

### 5.3 Recursos Humanos

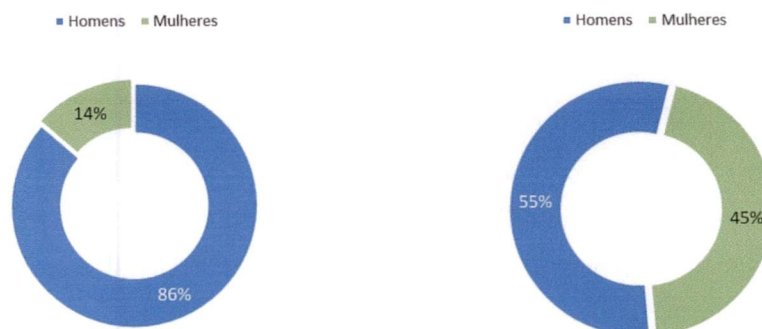
A 31 de dezembro de 2021 estavam ocupados 199 postos de trabalho. Os 199 colaboradores estão distribuídos por género e por Direção, da seguinte forma:

*Quadro 3 - Colaboradores por género e por direção*

Direção	Homens	Mulheres	Total
Estrutura	2	1	3
Direção Administrativa e Financeira / Comercial	24	20	44
Direção Exploração e Manutenção	141	2	143
Direção Engenharia e Qualidade	5	4	9
<b>Total</b>	<b>172</b>	<b>27</b>	<b>199</b>

A análise dos Recursos Humanos no que respeita ao género revela uma maior representação do género masculino nas atividades de cariz mais operacional. Nas atividades associadas à estrutura da Empresa (administrativas), a representação é mais equilibrada, tal como se pode verificar nos seguintes gráficos:

*Gráfico 4 - Distribuição por género do total de colaboradores*    *Gráfico 5 - Distribuição por género em funções administrativas*



A maioria dos colaboradores da APIN desempenha funções nas áreas de operação e manutenção. O facto de existirem muito poucas mulheres em funções enquadradas nas áreas de operação e manutenção influencia significativamente a estatística global.

A média de idades dos colaboradores da APIN, à data de 31 de dezembro, era de 44 anos, distribuída pelos seguintes níveis etários:

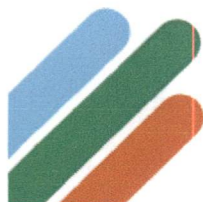
Quadro 4 - Idade dos colaboradores por escalões etários

Escalões Etários	Homens	Mulheres	Total
<20	0	0	0
21-29	15	3	18
30-39	35	10	45
40-49	57	12	69
50-59	46	2	48
>60	19	0	19
Total	172	27	199

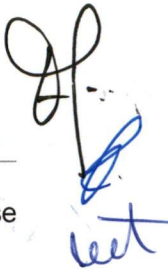
#### 5.4 Candidaturas a Fundos Comunitários

O POSEUR prevê no Eixo Prioritário 3, o objetivo otimização e gestão eficiente dos recursos e infraestruturas existentes, garantindo a qualidade do serviço prestado às populações e a sustentabilidade dos sistemas, no âmbito do Ciclo Urbano da Água, que inclui a Prioridade de Investimento (PI) 6.ii. – “Investimento no sector da água para satisfazer os requisitos do acervo da União em matéria de ambiente e para satisfazer as necessidades de investimento que excedam esses requisitos, identificadas pelos Estados-Membros”. Neste sentido, a Comissão Diretiva do POSEUR entendeu proceder à abertura do Aviso em contínuo com o código POSEUR-12-2017-05, destinado à otimização e gestão eficiente dos recursos e infraestruturas existentes, garantindo a qualidade do serviço prestado às populações e a sustentabilidade dos sistemas, no âmbito do ciclo urbano da água, o qual se encontra previsto no calendário de Avisos e foi aprovado pela CIC SEUR e que teve apreciação favorável da Agência para o Desenvolvimento e Coesão (ADC).

As tipologias de operações passíveis de apresentação de candidaturas, no âmbito do Aviso referido são as que se encontram previstas nas subalíneas iii) e iv) da alínea a) e nas subalíneas i), iii) e v) da alínea b) do artigo 95º do Regulamento Específico para o domínio da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (RE SEUR), abrangendo infraestruturas de “Abastecimento de Água” e de “Saneamento de Águas Residuais”.







A 31 de dezembro de 2021 a APIN tinha 37 candidaturas aprovadas, tal como se apresenta no quadro que se segue:

*Quadro 5 - Candidaturas aprovadas pelo POSEUR por concelho*

N.º Candidaturas aprovadas				
Concelho	AA	AR	RU	Total
Alvaiázere	-	2	-	2
Ansião	-	2	-	2
Castanheira de Pera	1	2	-	3
Figueiró dos Vinhos	-	1	-	1
Góis	-	1	-	1
Lousã	7	3	1	11
Pampilhosa da Serra	-	2	-	2
Pedrógão Grande	-	5	-	5
Penela	-	1	-	1
Vila Nova de Poiares	-	4	1	5
Alvaiázere e Figueiró dos Vinhos	-	1	-	1
Sistema APIN	1	1	1	3
<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>25</b>	<b>3</b>	<b>37</b>

Do total das candidaturas submetidas pela Empresa até à data, destacam-se as 3 candidaturas aprovadas no decorrer do ano de 2020:

- POSEUR -11-2019-29 - BIO-APIN - BIO-APIN - Recolha seletiva de biorresíduos nas freguesias da Lousã e SIC-APIN - Sistema intermunicipal de compostagem da APIN;
- POSEUR-11-2019-25 - Projeto piloto Porta-a-Porta (PaP) em Vila Nova de Poiares;
- POSEUR-12-2018-18 - Controlo e Redução de Perdas nos Sistemas de Distribuição e Adução de Água da APIN.

Durante o ano de 2021 foi aprovada a candidatura POSEUR-03-2012-FC-001479, designada como “Reforço e melhoria dos meios móveis AR” para a aquisição de duas viaturas de limpeza de fossas com capacidade de recolha e transporte de 9 m<sup>3</sup> e 3 m<sup>3</sup>. Esta aquisição justifica-se pela necessidade do aumento da autonomia operacional da Empresa face à atual dependência externa no que respeita aos serviços de limpeza e transporte de efluentes de águas residuais urbanas recolhidas em fossas individuais domésticas, como coletivas, bem como diminuir o tempo de resposta face às solicitações mitigando a possibilidade e ocorrências de transbordo e consequente infiltração.

As 37 candidaturas aprovadas refletem um investimento de cerca de € 34,5 milhões, em que alguns dos valores são estimados ainda sem o impacto das revisões de projeto, ao qual



corresponde um apoio comunitário de € 20,8 milhões, discriminados por tipologia, de acordo com o seguinte quadro:

Quadro 6 - Candidaturas aprovadas pelo POSEUR por tipologia

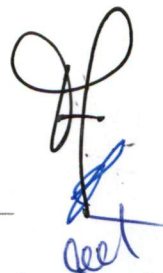
Tipologia	Valores Aprovados a 31/12/2021			
	Custo Total	Elegível	Fundo Coesão	
AA	Fecho de Sistemas	684 702 €	599 839 €	509 863 €
	Qualidade da Água (ETA)	268 865 €	268 865 €	228 535 €
	Redução de Perdas	4 484 283 €	3 322 712 €	1 761 038 €
	<b>Subtotal</b>	<b>5 437 850 €</b>	<b>4 191 415 €</b>	<b>2 499 435 €</b>
AR	Fecho de Sistemas	18 776 992 €	13 721 323 €	11 663 125 €
	Redução da Poluição	6 826 660 €	4 682 664 €	3 980 265 €
	Renovação de Sistemas	759 423 €	528 479 €	449 207 €
	Reforço e Melhoria dos meio móveis	498 150 €	498 150 €	423 428 €
	<b>Subtotal</b>	<b>26 861 225 €</b>	<b>19 430 616 €</b>	<b>16 516 024 €</b>
RU	Bioresíduos	810 058 €	726 763 €	617 748 €
	Porta-a-Porta	86 413 €	65 313 €	55 516 €
	Compostagem	1 293 437 €	1 293 437 €	1 099 421 €
	<b>Subtotal</b>	<b>2 189 908 €</b>	<b>2 085 513 €</b>	<b>1 772 686 €</b>
<b>TOTAL</b>	<b>34 488 982 €</b>	<b>25 707 544 €</b>	<b>20 788 144 €</b>	

## 5.5 Candidatura ao Fundo Ambiental

O Fundo Ambiental abriu um Programa de Apoio à Mobilidade Elétrica na Administração Pública que visa apoiar a aquisição, de forma faseada e por substituição de veículos com mais de 10 anos, de 1.200 veículos elétricos, em regime de aluguer, durante um período de 48 meses, bem como de postos de carregamento e de sistemas de georreferenciação e monitorização, tendo o Fundo Ambiental sido identificado como a principal fonte de financiamento. Este programa tem como objetivo promover a descarbonização e a melhoria do desempenho ambiental do Parque de Veículos do Estado.

Podiam ser beneficiários os candidatos que dispunham de um veículo ligeiro, com mais de 10 anos, para abater por cada veículo elétrico a que se candidatem, nas condições definidas no regulamento. A APIN apresentou a sua candidatura durante o mês de julho de 2021 para a aquisição em regime de aluguer operacional de três viaturas elétricas (limite máximo).

Após a verificação das condições de elegibilidade pelo Fundo Ambiental no seu relatório preliminar das candidaturas apresentadas ao Aviso n.º 11192/2021, verificou-se que apenas foi selecionada uma candidatura - Aquisição da viatura Dacia Sping e carregador a localizar-se na sede da APIN (o contrato ainda não foi celebrado).



## 6 OS PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

Os principais acontecimentos e fatores que influenciaram a performance da Empresa em 2021 foram os seguintes:

- a) No decorrer do mês de janeiro de 2021, a APIN procedeu à devolução dos valores de IVA cobrados em 2020 nos serviços de saneamento de águas residuais e gestão de resíduos urbanos. Confrontada com a possibilidade de retirar a taxa de IVA nos serviços de saneamento e resíduos, a APIN questionou formalmente a Autoridade Tributária sobre este assunto. Em resposta obteve-se orientações no sentido de não aplicar IVA nos referidos serviços. De sublinhar que o valor de IVA não revertia para a APIN, assim mediante informação vinculativa, por parte da Autoridade Tributária, a APIN deixou, no imediato, de aplicar este imposto.

- b) A APIN implementou no início de 2021 a Central de Gestão de Operações que monitoriza e garante o eficaz funcionamento da telegestão. As redes de abastecimento de água são caracterizadas por várias instalações geograficamente distribuídas pelo Sistema APIN.

A telegestão consiste num sistema de monitorização e controlo à distância, e em tempo real, das instalações de abastecimento. A rede hidráulica é extremamente complexa, integra órgãos hidromecânicos associados ao controle das aduções à condução de interligação das múltiplas origens de água que a aduzem, câmaras de válvulas, reservatórios de armazenagem, estações hidropressoras e estações elevatórias e unidades de tratamento de água.

A equipa afeta a estas funções garante a receção e encaminhamento de participações de avarias, roturas e/ou interrupções de abastecimento de água, de todo o território APIN, ativando as equipas de piquete da APIN.

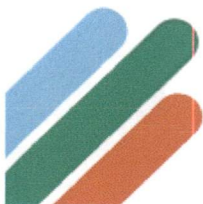
A Central de Gestão de Operações acompanha remotamente a atividade de circuito e redes, analisando os desvios ao regular funcionamento, ajustando os parâmetros e despoletando alertas. É, assim, possível otimizar as deslocações das equipas de operação e manutenção aos locais, rentabilizando os meios e reduzindo custos.

A telegestão permite uma maior eficiência da exploração, controlo nas perdas e fugas de água e redução dos custos de exploração. Atualmente ainda só a funcionar para o município da Lousã.





- c) Face ao estado de emergência nacional para combater a crise epidemiológica que assolava o país, a APIN e respetivos municípios implementaram medidas excecionais entre os meses de fevereiro e abril de 2021. Com efeito, procedeu-se a uma redução significativa do tarifário, flexibilizou-se o pagamento das faturas e os cortes de água. Para os consumidores domésticos aplicou-se uma redução de 25% nas tarifas fixas. Aos Consumidores não domésticos, nomeadamente ao comércio, serviços e indústria, às Instituições de Solidariedade Social e às Associações de Utilidade Pública, aplicou-se a isenção das tarifas fixas, sendo que, no caso das Instituições e Associações foi aplicada a isenção até dezembro de 2021.
- d) No mês de abril de 2021, decorreu a assinatura do contrato de adjudicação relativo à candidatura dos Bioresíduos, para a aquisição de duas viaturas de recolha seletiva de bioresíduos, tendo como objetivo a valorização orgânica de resíduos urbanos biodegradáveis.
- e) Durante o ano de 2021 teve lugar à assinatura dos contratos das seguintes obras ao abrigo de fundos comunitários - POSEUR:
- ✓ POSEUR-03-2012-FC-001139 - Fecho de Sistemas de Saneamento de Águas Residuais – Ligação à ETAR de Alvaiázere;
  - ✓ POSEUR-03-2012-FC-001264 - Fecho de Sistemas de Abastecimento de Água em Baixa – Subsistema de Abastecimento de Serpins;





- ✓ POSEUR-03-2012-FC-001276 - Fecho de Sistemas de Saneamento de Águas Residuais – Ligação à ETAR da Lousã/Póvoa;
  - ✓ POSEUR-03-2012-FC-001086 - Despoluição integrada da Bacia do Dueça - Execução de redes de saneamento de águas residuais - Ligação à ETAR da Quinta de Cima (assinatura de cinco lotes num total de dez).
- f) Com o objetivo de disponibilizar aos consumidores da APIN, do vasto território que serve, uma alternativa às lojas de atendimento presencial de Penela e da Lousã, e com a necessidade de prestar um serviço de atendimento de proximidade ao cliente, a APIN abriu cinco novos postos de serviço de apoio ao cliente em 2021, nos municípios de Alvaiázere, Ansião, Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande e Vila Nova de Poiares.



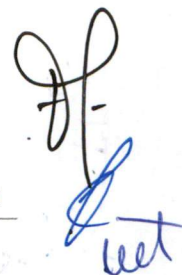
- g) Em novembro de 2021, procedeu-se à eleição de novos Órgãos Sociais, passando o Conselho de Administração a ser composto pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de





Vila Nova de Poiares, João Henriques (Presidente), o Sr. Presidente da Câmara Municipal da Pampilhosa da Serra, Jorge Custódio (Vogal) e a Sra. Vice-Presidente da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, Marta Fernandes (Vogal);

- h) Em dezembro de 2021, foi assinado o contrato de empreitada da obra do projeto da área da Eficiência Hídrica, uma das obras de maior importância para o universo APIN, que tem como objetivo a implementação de sistemas de medição, controlo e gestão nos sistemas de abastecimento de água e remodelação de infraestruturas de abastecimento de água, contribuindo deste modo, para uma redução significativa do nível de perdas de água e infiltrações ao longo dos próximos anos.
- i) No mês de dezembro de 2021, foi aprovada a candidatura POSEUR-03-2021-FC-001479, designada como “Reforço e melhoria dos meios móveis AR” para a aquisição de duas viaturas de limpeza de fossas com capacidade de recolha e transporte de 9 m<sup>3</sup> e 3 m<sup>3</sup>, no montante global de € 498 mil, tendo como apoio comunitário o valor de € 423 mil;
- j) A Empresa angariou dois financiamentos bancários: 1) € 8 milhões, junto da banca comercial, celebrado em agosto de 2021, exclusivo para as operações de investimento já aprovadas pelo POSEUR e; 2) € 1,9 milhões, financiamento reembolsável celebrado em dezembro de 2021, junto da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. (Linha BEI PT 2020), relativo à contrapartida nacional da operação POSEUR-03-2012-FC-001086 – Despoluição integrada da Bacia do Dueça – Execução de redes de saneamento de águas residuais – Ligação à ETAR da Quinta de Cima (Penela).



## 7 ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE

### 7.1 Linhas Estratégicas

Tendo em vista o cumprimento da missão, da visão e dos objetivos da APIN, serão garantidas as condições financeiras que permitam a sustentabilidade operacional da Empresa, nomeadamente ao nível dos custos de exploração e investimento.

Sem comprometer os pressupostos que conduziram à criação da Empresa e que delimitaram os objetivos definidos, os órgãos executivos irão procurar implementar medidas que irão contribuir para as orientações estratégicas assim explanadas:

- Garantir uma maior eficiência no uso de recursos, nomeadamente através da aposta nas energias renováveis, prevenindo a poluição dos meios recetores e minimizando os impactes ambientais associados à atividade;
- Garantir a credibilidade, transparência e rigor do modelo de gestão da Empresa;
- Contribuir para o desenvolvimento de uma economia local responsável;
- Reduzir as perdas de água aumentando os níveis de eficiência na gestão do recurso da água;
- Diminuir as aflúncias indevidas à rede de saneamento, nomeadamente as águas pluviais;
- Prestar um serviço de alta qualidade, assente no estabelecimento de uma cultura de melhoria contínua que consolida a gestão dos processos e que promova a eficiência do desempenho e modelo de gestão;
- Aumentar a eficiência na gestão, através de um conjunto de ferramentas que permitam a otimização de circuitos, a gestão de frotas e a gestão da caracterização de resíduos;
- Investir no desenvolvimento dos colaboradores;
- Garantir a igualdade de oportunidades;
- Garantir a segurança e saúde no trabalho;
- Garantir a acessibilidade económica das famílias, através de prática de tarifário sustentável (tarifário social e familiar).



## 8 GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

Em consonância com a estrutura organizacional, foi dimensionada a estrutura de pessoal, tendo em consideração:

- O pessoal afeto aos serviços de águas e resíduos em cada município;
- As necessidades específicas da estrutura agregada;
- A otimização e eficiência dos serviços.

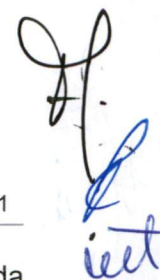
Adicionalmente, atendeu-se à organização regional, adequando a estrutura funcional aos diferentes níveis de descentralização – Polos e Centros Operacionais.

Assim, o número de postos de trabalho ativos a 31 de dezembro de 2021, detalham-se da seguinte forma:

- Sede: 33 colaboradores;
- Polos Operacionais: 100 colaboradores;
- Centros Operacionais: 66 colaboradores.

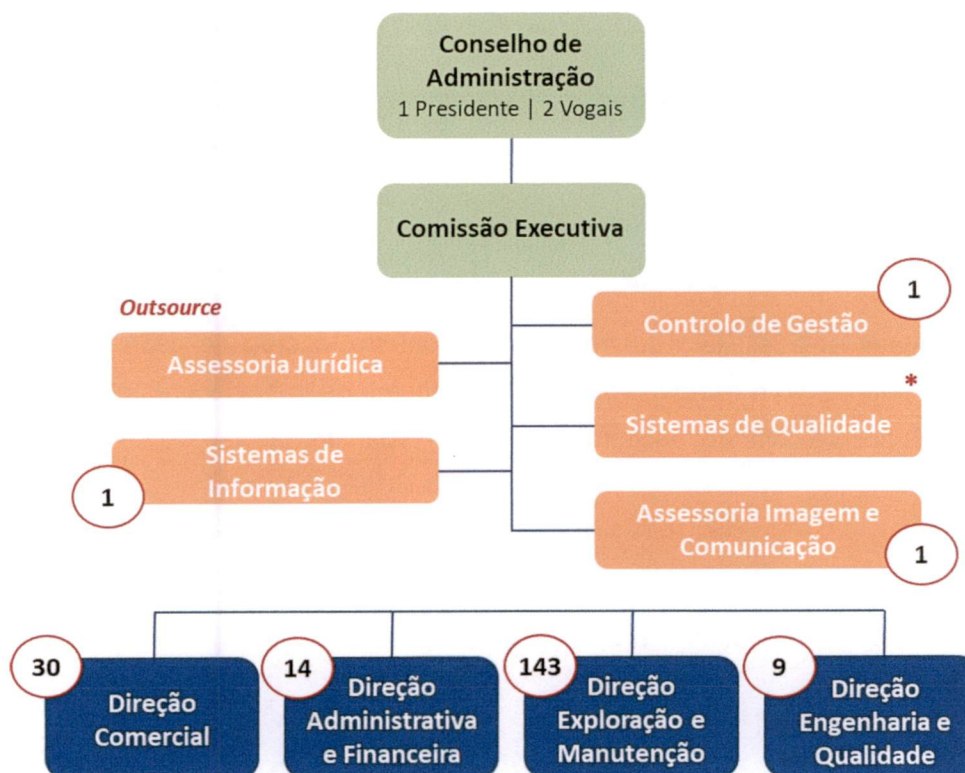






Até 31 de dezembro de 2021 estavam ocupados 199 postos de trabalho, distribuídos da seguinte forma:

Figura 4 - Número de colaboradores



\* acumula funções na Direção de Engenharia e Qualidade

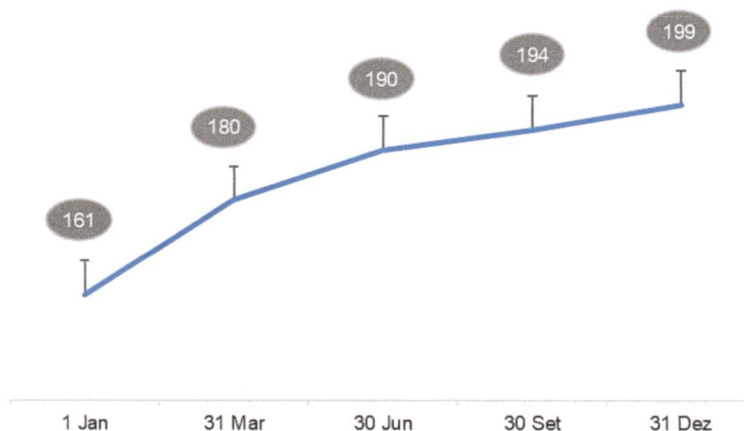
No ano de 2021 proceder-se-á à contratação de Recursos Humanos de modo a completar o organograma previsto inicialmente.

A estrutura dos Recursos Humanos da APIN resultou da integração de trabalhadores do conjunto dos 11 municípios, em regime de “Acordo de Cedência por Interesse Público”, e da contratação de técnicos especializados com o intuito de fortalecer as competências da atividade operacional da Empresa e também de suporte à Administração.

O gráfico seguinte apresenta o número de colaboradores no início do ano de 2021 e também por trimestre, até 31 de dezembro de 2021.

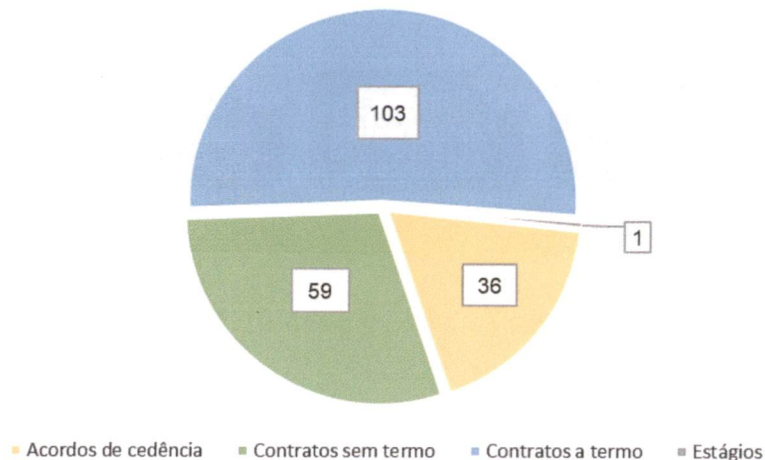


Gráfico 6 - Evolução da estrutura de recursos humanos



Atualmente existem quatro tipos de contrato: acordo de cedência, contrato a termo, contrato sem termo e estágio profissional. O número de trabalhadores no final de dezembro de 2021, por tipo de contrato, encontrava-se assim repartido:

Gráfico 7 - Colaboradores por tipo de contrato de trabalho



As habilitações literárias dos colaboradores da APIN estão distribuídas da seguinte forma:

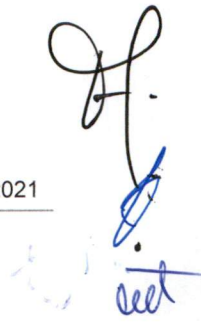
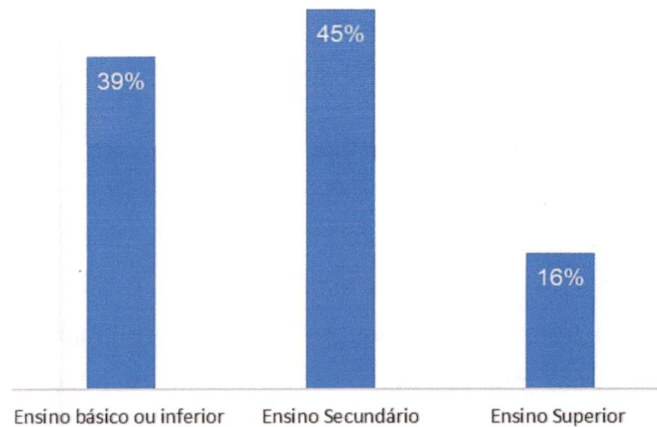


Gráfico 8 – Habilitações literárias



A formação profissional, enquanto instrumento de valorização das competências técnicas, sociais e de gestão dos colaboradores é um dos pilares de gestão de recursos humanos da APIN, encontrando-se consolidadas as rotinas de formação e desenvolvimento dos colaboradores.

Em 2021, a APIN realizou 12 ações de formação, gerando um volume total de formação de 275 horas.

A distribuição por área de formação é a seguinte:

Quadro 7 - Horas de formação

Área	Nº Horas de Formação
Produção/Operação/Manutenção	25
Compras/Aprovisionamento/Contabilidade/Cobrança	61
Recursos Humanos	50
Administrativos	50
Segurança e HST	44
Comercial/Telegestão	45
<b>Total</b>	<b>275</b>

No ano 2021 a APIN registou 20 acidentes de trabalho, dos quais 2 foram acidentes em trajeto.

Para promoção da saúde e segurança no trabalho, a APIN assegura serviços de Medicina no Trabalho aos colaboradores. Durante o ano de 2021, realizaram-se 71 exames, distribuídos da seguinte forma: Exames periódicos: 27; Exames ocasionais: 3; Exames de admissão: 41.



## 9 PROJETOS ESTRUTURANTES

No capítulo que se segue, identificamos os projetos estruturantes da APIN que se encontram em fase de implementação ou desenvolvimento.

### 9.1 Abastecimentos de Água

#### ➤ Eficiência Hídrica - redução de perdas de água

A APIN após fechar o contrato de empreitada no final de 2021 prevê, durante o primeiro trimestre de 2022, iniciar as obras do projeto da área da Eficiência Hídrica integrado no Plano Estratégico de Controlo de Perdas do Sistema de Abastecimento de Água. Este investimento, de cerca de € 4 milhões, é transversal a todos os concelhos que integram a APIN e tem como objetivo primordial reduzir perdas nos sistemas de distribuição e adução de água. Está prevista a instalação de medidores de nível nos reservatórios e medidores de pressão nas zonas de monitorização e controlo (ZMC) instaladas nas redes de distribuição, bem como a substituição de condutas com perdas elevadas e o uso de software de telemetria (para a monitorização de perdas e fugas) e o software de otimização de programas de receção de perdas e fugas.

Está, assim, contemplada a introdução de equipamentos de controlo, medição e telegestão para a antecipação de fugas de água.

A aposta na eficiência hídrica é uma necessidade urgente a nível global. Até chegar ao consumidor final, há uma grande quantidade de água que se perde (estima-se entre os 50% e 60%), por exemplo, através de fissuras ou roturas que possam surgir durante o transporte.

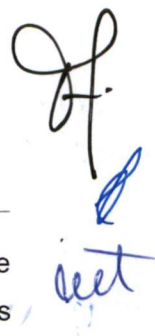
Com este projeto pretende-se evitar essas fugas de água, antecipando-as, e reduzir consideravelmente as perdas nos sistemas de distribuição, o que se traduz numa maior qualidade do serviço prestado aos municípios e num menor desperdício de água.

### 9.2 Gestão de Resíduos Urbanos

#### ➤ Projeto Piloto - recolha de resíduos porta-a-porta

A Operação “Porta-a-Porta” (Vila Nova de Poiares - município piloto), em fase implementação do projeto tem como objetivo um sistema de recolha seletiva e incentivar e sensibilizar os municípios a separar os resíduos nas suas habitações.

A desenvolver na Freguesia de Lavegadas, no município de Vila Nova de Poiares, o projeto piloto “Porta-a-Porta”, aprovado pelo POSEUR, aplica-se a 196 alojamentos, 67 empresas da zona industrial e 67 edifícios de comércio local.



Para a sua implementação já se adquiriram três contentores para armazenamento de resíduos e uma viatura para a recolha seletiva de resíduos urbanos e capacitação/formação aos municípios para a adesão ao sistema de recolha porta-a-porta.

➤ Bio Resíduos - recolha seletiva de lixo orgânico no concelho da Lousã – Projeto Piloto

O projeto de recolha seletiva de bio resíduos tem como objetivo a valorização orgânica de resíduos urbanos biodegradáveis.

Este investimento a implementar no município da Lousã, visa disponibilizar aos municípios uma alternativa para gerir os resíduos orgânicos que produzem nas suas habitações e evitar a sua deposição em aterros, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e do meio ambiente territorial.

A operação que terá como custo total o valor de aproximadamente € 810 mil (o apoio do Fundo de Coesão corresponde a 85% do valor elegível) prevê a aquisição de eco boxes (contentores de proximidade) de 360 litros, baldes domésticos de 5 litros, contentores de 140 litros para utilizadores não domésticos (estabelecimentos de restauração e bebidas e hotelaria, nos quais a recolha se realiza porta-a-porta) e de viaturas para recolha seletiva de bio resíduos (viaturas já adquiridas).

➤ Sistema de compostagem doméstica para reduzir lixo em aterros

Tendo em vista a diminuição da quantidade de resíduos orgânicos em aterros, pretende-se implementar um programa de compostagem doméstica e comunitária em todos os municípios, através da distribuição de 27.504 compostores domésticos de 310 litros pelos alojamentos e de 116 compostores comunitários de 660 litros em estabelecimentos de ensino, IPSS e centros operacionais da APIN.

Através da compostagem doméstica, a APIN prevê a transformação de resíduos orgânicos num composto rico em nutrientes, 100% natural, que pode ser utilizado como fertilizante orgânico, melhorando a composição e estrutura do solo e possibilitando a substituição de alguns fertilizantes químicos.

A operação contempla, ainda, a formação dos municípios para a compostagem doméstica para facilitar e motivar os utilizadores do equipamento.

O custo total do investimento será de cerca de € 1,3 milhões, tendo como apoio do Fundo de Coesão o correspondente a 85%.



## 10 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

A deterioração da situação sanitária no início de 2021, levou a um agravamento das medidas de contenção e à introdução de um novo confinamento geral em Portugal, que conduziu a uma quebra generalizada da atividade económica no primeiro trimestre de 2021. O impacto negativo concentrou-se, sobretudo, no consumo privado e nas exportações de serviços, em particular no setor do turismo.

No entanto, esta quebra, revelou-se mais moderada do que no primeiro confinamento geral, em virtude de uma maior resiliência da atividade económica, fruto da adaptação por parte de famílias e empresas às medidas restritivas.

Após o primeiro trimestre de 2021, a situação económica demonstrou uma evolução bastante positiva com o levantamento gradual das medidas de contenção, cujo processo de reposição à normalidade foi inicialmente influenciado pelo surgimento de novas estirpes do vírus COVID-19. No entanto, a disseminação generalizada da vacinação permitiu, no final do terceiro trimestre, um aceleração do levantamento destas medidas de restrição.




De acordo com informações do Banco de Portugal, após uma redução em cadeia no primeiro trimestre, o PIB mais do que recuperou no segundo, continuando a crescer nos trimestres seguintes, ainda que a um ritmo menor. Esta trajetória de recuperação reflete o controlo da pandemia e a disseminação no processo de vacinação, com efeitos positivos sobre a confiança dos agentes.

Não obstante, no ano de 2021 a pandemia COVID-19 continuou a afetar consumidores e Empresas, no entanto a APIN manteve o seu bom funcionamento dentro do contexto desta nova realidade.

A ação das políticas monetárias, orçamentais e prudenciais foi decisiva na mitigação da crise, e continuará a desempenhar um papel fundamental na dinâmica de recuperação.

O Banco de Portugal projeta um crescimento da economia portuguesa de 4,8% em 2021 e de 5,8% em 2022. A recuperação da atividade traduz-se num aumento do emprego e numa redução da taxa de desemprego para níveis inferiores pré-pandemia.

A evolução da atividade é condicionada no curto prazo por uma nova vaga da pandemia na Europa e pelos problemas nas cadeias de fornecimento globais. A reintrodução de medidas restritivas para conter a pandemia, incluindo sobre a mobilidade internacional, a par do aumento da incerteza, terá impacto sobre o ritmo de recuperação. Adicionalmente, assume-se que as perturbações nas cadeias de fornecimento globais, que se têm refletido na escassez de matérias-

primas e outros bens e num aumento dos seus custos, se dissipam a partir da segunda metade de 2022.

Estima-se que o consumo privado cresça 5% em 2021 e 4,8% em 2022. No quarto trimestre de 2021 é atingido o valor do final de 2019. O crescimento elevado em 2021-22 está associado, em parte, à forte recuperação das despesas em serviços, que beneficiou do levantamento das medidas de contenção e do aumento da confiança com os progressos na vacinação, devendo continuar a recuperar ao longo do horizonte. O consumo de bens duradouros apresenta também um dinamismo elevado, refletindo a concretização de despesa adiada durante a crise.

O consumo público deverá crescer 4,8% em 2021, acelerando face ao ano anterior (0,4%). Esta evolução é largamente explicada pelo aumento do número de horas trabalhadas nas administrações públicas.

As exportações crescem 9,6% em 2021 e 12,7% em 2022, que se deve sobretudo ao levantamento das restrições à mobilidade internacional e o aumento da confiança, as exportações de serviços – em particular de turismo e serviços de transporte associados – têm vindo a recuperar de forma acentuada, após a queda abrupta em 2020 e no início de 2021.

Relativamente à evolução nos preços, a inflação, medida pelo Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), aumenta para 0,9% em 2021 e 1,8% em 2022. Este perfil de subida reflete, em larga medida, a evolução dos preços dos bens energéticos, que acompanha o preço do petróleo nos mercados internacionais. O IHPC dos bens energéticos diminui 5,2% em 2020, aumenta 7,8% em 2021 e 6,3% em 2022.

A economia portuguesa enfrenta importantes desafios nos próximos anos, sendo a resposta de política económica crucial para um crescimento sustentado e uma retoma da convergência com a Europa. A previsibilidade dos processos de decisão de política económica (monetária, orçamental, regulatória) é essencial para contrabalançar o aumento de incerteza que caracteriza os processos de saída de crises económicas. No período atual esta incerteza é acrescida pela necessidade de controlo da pandemia.

A execução eficiente dos projetos associados ao Plano de Recuperação e Resiliência e a implementação das reformas associadas constituem fatores essenciais, pelos efeitos multiplicadores sobre a atividade e impacto sobre o crescimento potencial. Esta é uma oportunidade única para potenciar o ritmo de crescimento de longo prazo da economia portuguesa num contexto em que o impacto direto no endividamento nacional é essencialmente nulo.



Nesta perspetiva, a APIN está determinada em acelerar e reforçar o posicionamento para o futuro, preparando-se para enfrentar e superar os desafios inerentes ao enquadramento macroeconómico atual.

No quadro que se segue, apresentam-se os dados macroeconómicos perspetivados para a economia portuguesa:

Quadro 8 - Cenário macroeconómico 2021-2022

	2020	2021 Estimativa	2022 Previsão
<b>PIB e componentes da despesa (taxa de crescimento real, %)</b>			
<b>PIB</b>	<b>-8,4</b>	<b>4,8</b>	<b>5,8</b>
Consumo privado	-7,1	5,0	4,8
Consumo público	0,4	4,8	1,4
Formação bruta de capital fixo	-2,7	4,9	7,2
Procura interna	-5,6	5,1	4,6
Exportações	-18,6	9,6	12,7
Importações	-12,1	10,3	9,3
<b>Contributos para o crescimento do PIB líquido de importações (p.p.)</b>			
Procura interna	-3,0	3,1	2,6
Exportações de bens	-0,8	1,1	0,2
Exportações de serviços	-4,6	0,6	3,0
<b>Evolução dos preços (taxa de crescimento %)</b>			
Taxa de inflação (IHPC)	-0,1	0,9	1,8
Bens energéticos	-5,2	7,8	6,3
Excluindo bens energéticos	0,3	0,4	1,3
<b>Evolução do mercado de trabalho (taxa de crescimento %)</b>			
Emprego (número de indivíduos)	-1,9	2,5	1,6
Emprego (horas trabalhadas)	-9,3	8,3	4,0
Taxa de desemprego	7,0	6,6	6,0
<b>Saldo das balanças (% do PIB)</b>			
Balança corrente e de capital	0,0	0,2	1,8
Balança de bens e serviços	-1,8	-3,0	-2,1

Fontes: Banco de Portugal e INE



## 11 ATIVIDADE DA EMPRESA

### 11.1 Indicadores de Atividade

#### 11.1.1 Clientes

O número de utilizadores ligados aos vários serviços que a APIN gere determina-se pelo número de contratos que estão em condições de faturar.

A APIN tinha, a 31 de dezembro de 2021, 59.957 clientes ativos, ou seja, em condições de faturar em que cerca de 18% dizem respeito ao município da Lousã, como se pode observar no quadro abaixo:

*Quadro 9 - Contratos ativos*

Município	Número de Contratos	%
Alvaiázere	5 186	9%
Ansião	7 873	13%
Castanheira de Pera	2 495	4%
Figueiró dos Vinhos	4 332	7%
Góis	4 325	7%
Lousã	10 601	18%
Pampilhosa da Serra	4 622	8%
Pedrógão Grande	3 410	6%
Penacova	8 762	15%
Penela	3 787	6%
Vila Nova de Poiares	4 564	8%
<b>Total</b>	<b>59 957</b>	<b>100%</b>

Os clientes da APIN encontram-se caracterizados a nível de tipo de utilização, da seguinte forma:

*Quadro 10 - Contratos ativos por tipo de utilização*

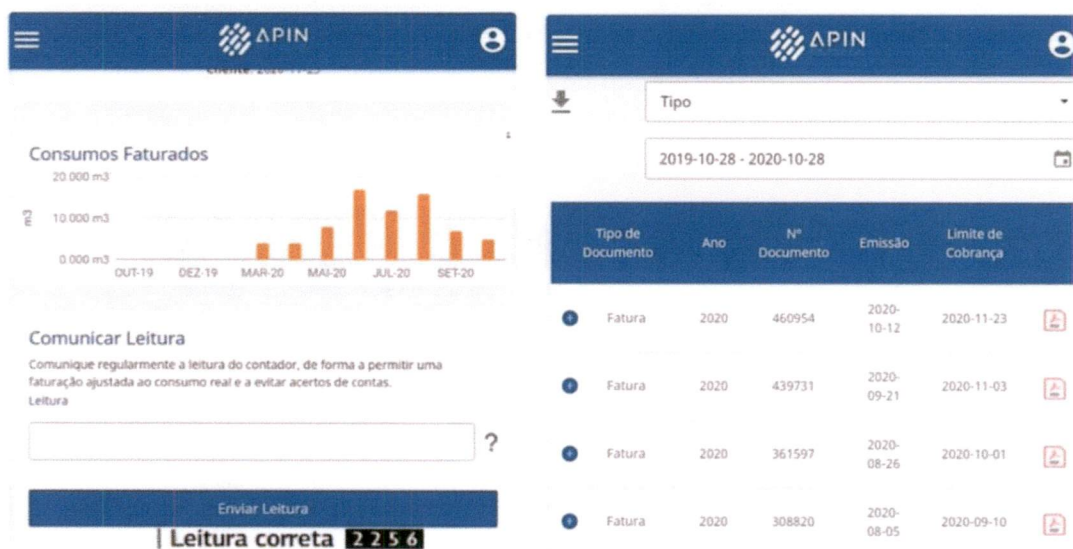
Tipo de Utilização	Número de Contratos	%
Doméstico	48 424	80,8%
Familiar 5 pessoas	105	0,2%
Familiar 6 pessoas	13	0,0%
Familiar 7 pessoas	2	0,0%
Social Doméstico	5 749	9,6%
Não Doméstico	4 183	7,0%
Estado	50	0,1%
Instituições	587	1,0%
Municípios	746	1,2%
Juntas de Freguesia	98	0,2%
<b>Total</b>	<b>59 957</b>	<b>100%</b>

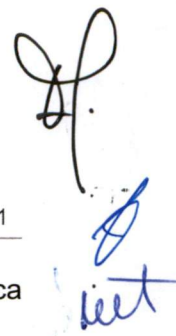
Os clientes domésticos representam cerca de 81% do total de clientes ativos a 31 de dezembro de 2021. Os tarifários sociais atribuídos superam os 9%.

### 11.1.2 Balcão Digital e Envio Eletrónico de Fatura

No balcão digital o cliente pode observar e interagir sobre os diferentes aspetos do seu contrato. No decorrer do ano de 2021 manteve um crescente interesse suportado pela adesão à fatura eletrónica e pelo fornecimento de leituras por parte dos clientes, bem como, pela perceção dos consumos faturados, controlo das suas cobranças, entre outros.

Figura 5 - Balcão digital





No final de 2021, existiam 4.254 clientes ligados ao balcão digital, que representa cerca de 7,1% do total de clientes.

Até 31 de dezembro de 2021 aderiram ao envio eletrónico de fatura 6.082 clientes, representando cerca de 10,1% do total de utilizadores da APIN.

### 11.1.3 Reclamações

Durante o ano de 2021, foram registadas 474 reclamações, das quais 343 (72%), correspondem a reclamações efetuadas por carta ou por email, como se pode verificar de seguida:

*Quadro 11 - Modo de efetuar a reclamação*

Município	Carta / Email	Formulários CTT	Livro de Reclamações		ERSAR	Total
			Físico	Online		
Alvaiázere		25	2	15	2	
Ansião		19	1	-	3	
Castanheira de Pera		3	-	-	-	
Figueiró dos Vinhos		3	-	-	1	
Góis		7	-	-	-	
Lousã	343	-	7	-	4	
Pampilhosa da Serra		-	-	-	2	
Pedrógão Grande		23	-	-	5	
Penacova		-	-	-	-	
Penela		-	2	-	3	
Vila Nova de Poiares		4	-	-	-	
<b>Total</b>	<b>343</b>	<b>84</b>	<b>12</b>	<b>15</b>	<b>20</b>	<b>474</b>

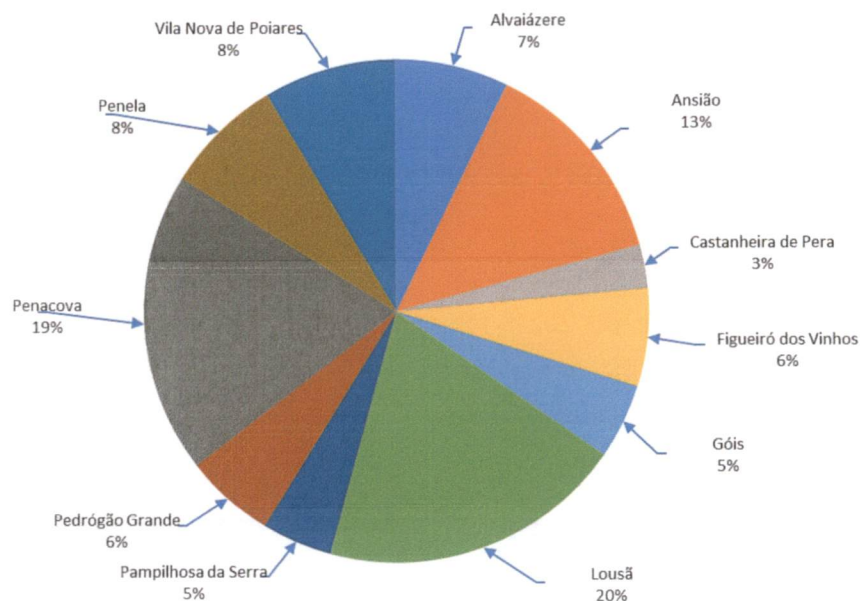
### 11.1.4 Volumes faturados

Os volumes faturados e contabilizados no ano de 2021 ascendem a 4.271.071 m<sup>3</sup> de água. Os municípios da Lousã e de Penacova apresentam os maiores consumos de água faturados, com 20% e 19%, respetivamente. Por outro lado, o município de Castanheira de Pera apresentou apenas 3% do total de consumo de água faturado. Foram fornecidos, mas não faturados, 334 m<sup>3</sup> de água, referente a consumos em instalações próprias da APIN.

Abaixo, pode-se verificar, os volumes faturados de água por município e contabilizados em 2021.



Gráfico 9 - Volumes de água fornecidos



## 11.2 Abastecimento de Água

### 11.2.1 Volume aduzido à rede

No ano de 2021, foram aduzidos 9.780.519 m<sup>3</sup> nos sistemas de abastecimento público de águas dos municípios geridos pela APIN, dos quais 65,6% foram adquiridos à Águas do Centro Litoral, S.A., 23,4% à Águas do Vale do Tejo, S.A., 10,4% correspondem a captações próprias e 0,6% dizem respeito a aquisição de água em “alta” à Águas do Planalto, S.A., município de Arganil e município de Condeixa.

A distribuição de água aduzida à rede e os volumes totais por município encontram-se no seguinte gráfico:

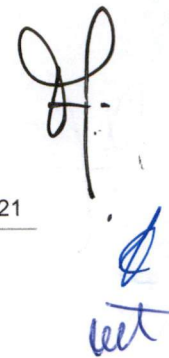
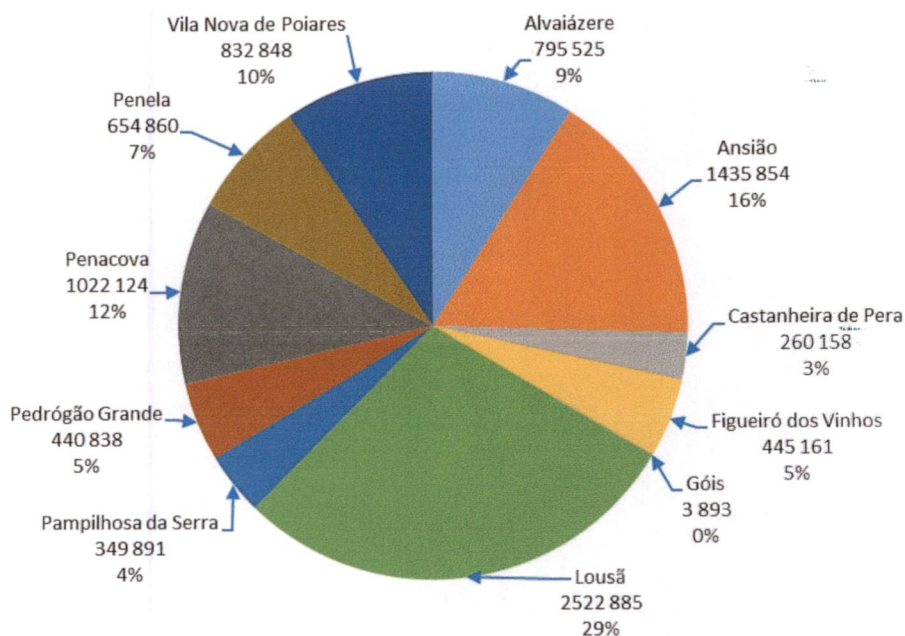


Gráfico 10 – Volumes totais de água adquirida em "alta"

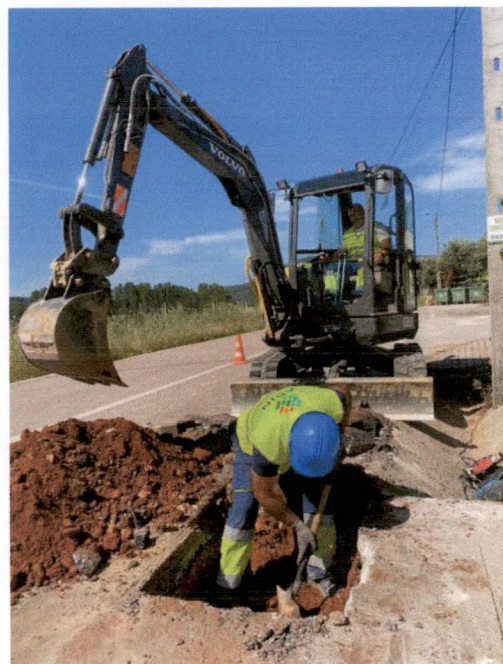


O volume de água adquirido no município da Lousã representa cerca de 28,8% do volume total adquirido em "alta". O município de Góis, com 499.008 m<sup>3</sup> representa cerca de 49,2% do total de captações de água (1.016.483 m<sup>3</sup>).

### 11.2.2 Avarias na rede

No que respeita às avarias de rede e de ramal, foram rececionadas 2.118 ocorrências durante o ano de 2021.

O maior número de avarias rececionadas foi no município de Lousã, representando 23,1% das avarias totais. Este município contempla 11,1% do total de km do sistema, sendo o segundo município com maior extensão de rede.



### 11.2.3 Detecção de fugas



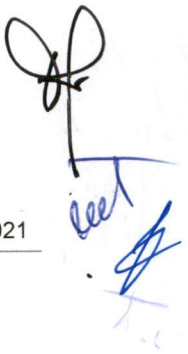
No âmbito da deteção de fugas, no que diz respeito às perdas de água que se manifestam através do aparecimento à superfície ou as “não visíveis” que são de mais difícil localização, a APIN criou em 2021 uma equipa para a deteção e localização de fugas, recorrendo aos equipamentos adquiridos (geofones, correladores acústicos). O trabalho pode ser solicitado por suspeita de uma fuga em determinada zona, indo a equipa identificar o local exato, em vez de se proceder à abertura de vala, ou decorrente de um planeamento prévio, fazendo o “varrimento” de zonas suspeitas de forma a encontrar possíveis pontos de fuga.

### 11.2.4 Qualidade da água

No âmbito do Plano de Controlo de Qualidade de Água, em 2021 foram efetuadas 15.149 análises da qualidade da água, das quais 208 ultrapassaram os valores paramétricos definidos na legislação, o que evidencia um bom desempenho da Empresa, com uma percentagem de cumprimento de 98,6%.

### 11.2.5 Ramais novos de abastecimento de água

Em 2021, foram executados 212 novos ramais de abastecimento de água e existiram também intervenções de renovação e ampliação da rede de abastecimento.

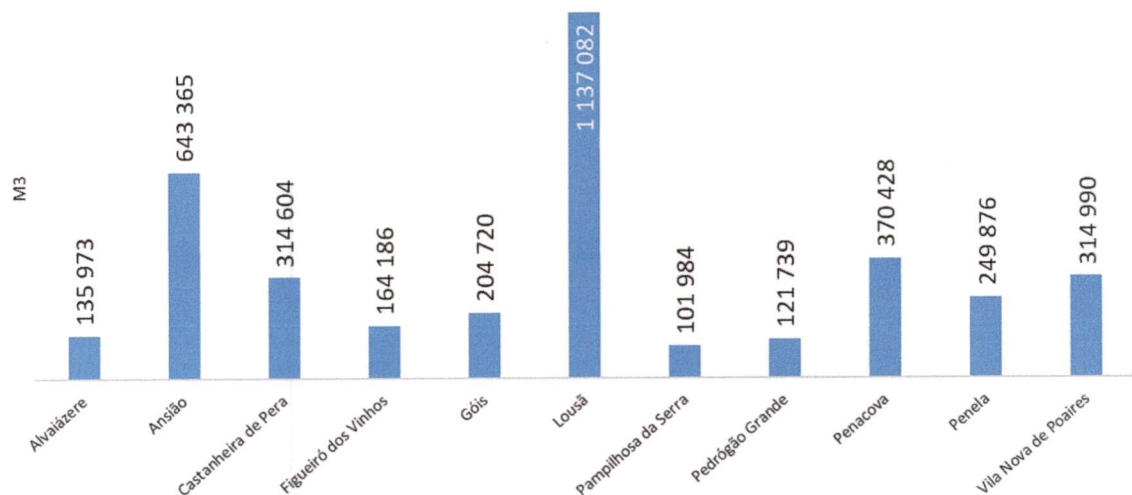


## 11.3 Saneamento de Águas Residuais

### 11.3.1 Volumes recolhidos nas redes de saneamento

Nas operações de saneamento de águas residuais foram recolhidos e enviados para tratamento 4.629.401 m<sup>3</sup> de efluentes dos quais 63,1% à Águas do Centro Litoral, S.A., 18,1% à Águas do Vale do Tejo, S.A. e 18,8% para ETAR próprias.

Gráfico 11 - Efluente entregue em "alta"



O volume recolhido no município da Lousã representa cerca de 30,3% do volume total recolhido em "alta" nas redes de saneamento.

O município da Lousã, com 473.713 m<sup>3</sup> representa cerca de 54,4% do total de volume recolhido nas ETAR próprias (870.454 m<sup>3</sup>).

### 11.3.2 Quantidade e volumes recolhidos em fossas

O serviço de limpeza de fossas sépticas particulares inclui-se na atividade de saneamento de águas residuais. As fossas sépticas, enquanto instalações particulares, individuais ou coletivas de disposição de águas residuais urbanas, estão largamente disseminadas pela área de intervenção da APIN. O seu adequado funcionamento, nomeadamente quanto ao destino final das lamas, deve ser devidamente acautelado, na medida em que pode constituir um problema ambiental relevante ou mesmo de saúde pública.

Durante o ano de 2021 foram executadas um total de 3.708 limpeza de fossas e foram recolhidos 37.814 m<sup>3</sup> de lamas.



O elevado número de serviços efetuados nos municípios de Figueiró dos Vinhos e Penacova deve-se essencialmente à baixa cobertura de rede de saneamento deste município e também com as afluições indevidas.

*Quadro 12 - Limpeza de fossas realizadas e respetivos volumes*

Município	N.º de limpezas de fossas	Volumes recolhidos (m3)
Alvaiázere	127	1 574
Ansião	468	7 271
Castanheira de Pera	141	1 480
Figueiró dos Vinhos	815	7 079
Góis	104	773
Lousã	387	3 260
Pampilhosa da Serra	80	417
Pedrógão Grande	168	1 067
Penacova	742	8 820
Penela	199	2 399
Vila Nova de Poiares	477	3 674
<b>Total</b>	<b>3 708</b>	<b>37 814</b>

### 11.3.3 Operação e manutenção de ETAR

Atualmente a APIN tem sob sua gestão 32 ETAR como se pode visualizar de seguida:

*Quadro 13 - ETAR sob gestão da APIN*

Município	Quantidade de ETAR	Volumes tratados (m3)
Alvaiázere	-	-
Ansião	-	-
Castanheira de Pera	6	110 624
Figueiró dos Vinhos	-	-
Góis	1	91 090
Lousã	4	473 713
Pampilhosa da Serra	17	50 307
Pedrógão Grande	-	-
Penacova	2	11 902
Penela	1	129 525
Vila Nova de Poiares	1	3 293
<b>Total</b>	<b>32</b>	<b>870 454</b>





No ano de 2021, foram recolhidos mais de 800.000 m<sup>3</sup> de águas residuais nas ETAR próprias. As ETAR instaladas nos Municípios de Alvaiázere, Ansião, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande são geridas pela Entidade em “alta”.

### 11.3.4 Ramais novos de Saneamento

Durante o ano de 2021 foram executados 60 ramais novos no sistema de drenagem de águas residuais.

### 11.4 Gestão de Resíduos Urbanos

A APIN dispõe de cerca 10.788 contentores com capacidade de 6.563 m<sup>3</sup>, sendo responsável pela recolha dos resíduos urbanos indiferenciados. Durante o ano de 2021 foram efetuadas 13.523 lavagens aos contentores da APIN. No quadro que se segue, apresenta-se o detalhe do parque de contentores:

Quadro 14 - Parque de contentores

Polo	Município	Contentores (nº)	Litros					Enterrados		Capacidade instalada (m3)
			120	240	360	770	1100	800	5000	
Polo 1	Lousã	1 705	275	443	270	716	1	0	0	789
	VN Poiães	987	268	89	267	288	75	0	0	454
	Penacova	1 181	114	0	0	1 059	3	5	0	836
	P. Serra	895	94	180	21	589	11	0	0	528
Polo 2	Góis	670	12	28	164	445	21	0	0	433
	C. Pera	469	127	5	0	169	168	0	0	331
	P. Grande	751	190	11	1	503	40	6	0	462
	Penela	639	7	6	111	464	51	0	0	456
Polo 3	F. Vinhos	736	151	6	0	501	77	1	0	491
	Alvaiázere	1 166	450	2	10	514	167	23	0	656
	Ansião	1 589	149	10	0	1 406	19	5	0	1 128
<b>Total Polo 1</b>		<b>3 873</b>	<b>657</b>	<b>532</b>	<b>537</b>	<b>2 063</b>	<b>79</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>2 079</b>
<b>Total Polo 2</b>		<b>2 785</b>	<b>423</b>	<b>224</b>	<b>186</b>	<b>1 706</b>	<b>240</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>1 754</b>
<b>Total Polo 3</b>		<b>4 130</b>	<b>757</b>	<b>24</b>	<b>121</b>	<b>2 885</b>	<b>314</b>	<b>29</b>	<b>0</b>	<b>2 730</b>
<b>Total</b>		<b>10 788</b>	<b>1 837</b>	<b>780</b>	<b>844</b>	<b>6 654</b>	<b>633</b>	<b>40</b>	<b>0</b>	<b>6 563</b>

Durante o ano de 2021 foram efetuadas 13.523 lavagens aos contentores da APIN.

Os resíduos urbanos indiferenciados são entregues e geridos em “alta” pela ERSUC - Resíduos Sólidos do Centro, S.A. (ERSUC) que visa garantir a valorização desses resíduos da forma mais sustentável nas suas diversas áreas de atuação.

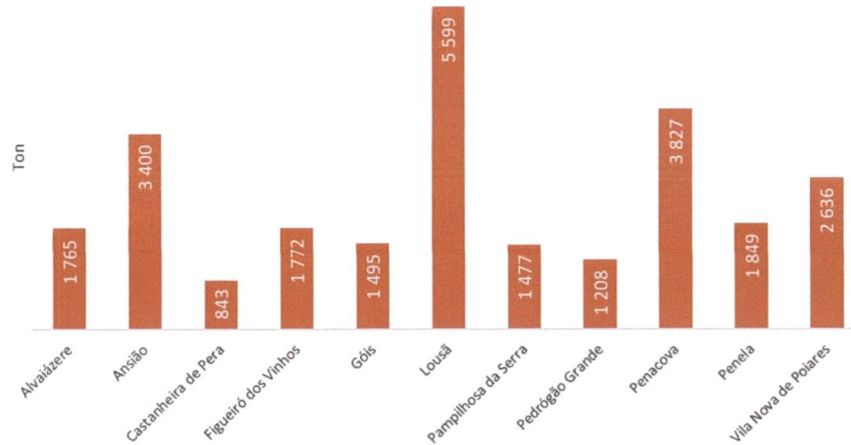
O tratamento e a recolha seletiva dos resíduos urbanos produzidos nos onze municípios são assegurados pela ERSUC.



Handwritten signature and initials in blue ink.

No ano de 2021 foram entregues 25.872 toneladas de resíduos indiferenciados à ERSUC. O Município da Lousã, com 5.599 toneladas recolhidas, representa cerca de 21,6%, do total dos resíduos indiferenciados entregues em 2021, como se pode verificar de seguida:

Gráfico 12 - Recolha de resíduos indiferenciados



### 11.5 Obras executadas ou em execução

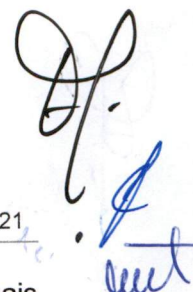
Ao longo de 2021 iniciaram-se algumas das obras que são objeto de financiamento comunitário ao abrigo das candidaturas ao POSEUR, nomeadamente:

- ✓ POSEUR-03-2012-FC-001264 - Fecho de Sistemas de Abastecimento de Água em Baixa – Subsistema de Abastecimento de Serpins;



APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior





- ✓ POSEUR-03-2012-FC-001276 - Fecho de Sistemas de Saneamento de Águas Residuais – Ligação à ETAR da Lousã/Póvoa;
- ✓ POSEUR-03-2012-FC-001086 - Despoluição integrada da Bacia do Dueça - Execução de redes de saneamento de águas residuais - Ligação à ETAR da Quinta de Cima. Este projeto contempla obras de construção de rede pública de drenagem de águas residuais em Freixal, Vendas Figueiras, Comareiros, Câneve, Louriceira, Venda dos Moinhos, Grocinas, Estrada de Viavai, Viavai, Casal Novo, Ribeirinho, Gagos, São Paulo, Ferrarias, Taliscas, Torre de Chão de Pereiro, Carvalhais, Sernada da Freixiosa, Freixiosa, Dueça, Carregã, São Simão, Casais do Cabra, Santo António, Pastor, Vale do Infesto, Infesto, Senhora da Glória, Ponte de Espinhal, Vale de Espinhal, Silveirinha, Chão de Ourique, Galega e Póvoa.



## 11.6 Planeamento e Projeto

Durante o ano de 2021 deram entrada via Municípios da APIN cerca de 167 processos para análise técnica, para além dos pedidos enviados diretamente pelos clientes. Foram requeridas 9 autorizações de descarga de efluente não doméstico e 14 pedidos de informação cadastral nomeadamente pressão e caudal de abastecimento.



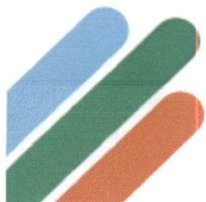
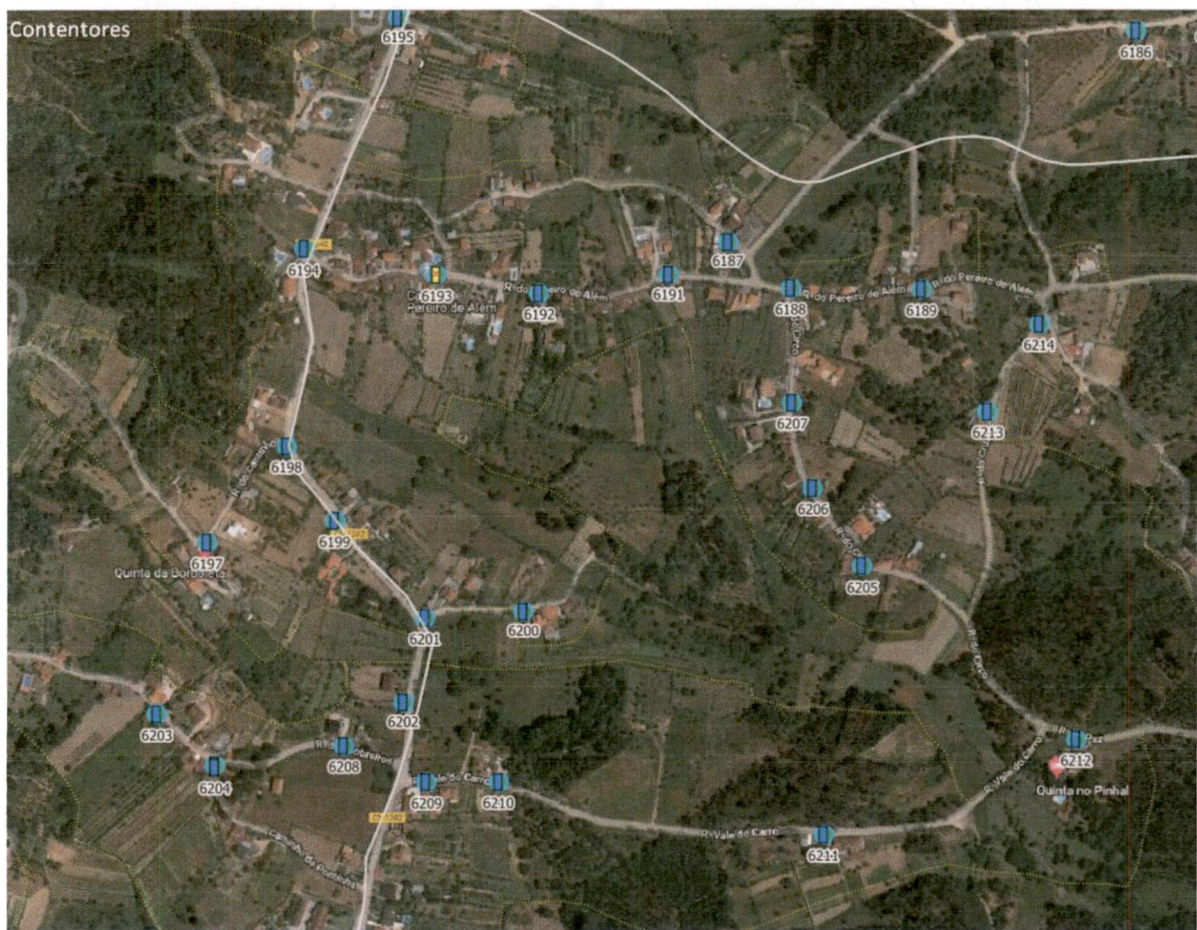


## 11.7 Sistema de Informação Geográfica (SIG) e Cadastro

Os sistemas de informação geográfica constituem nos dias de hoje modernos e poderosos instrumentos indispensáveis na gestão empresarial e no apoio à tomada de decisão, atravessando horizontalmente a quase totalidade das áreas de uma estrutura organizacional.

A criação de uma base de conhecimento com informação geoespacial e cadastral, o mais atualizada possível, tem uma importância acrescida na estrutura organizacional de gestão de recursos da Empresa, permitindo dotar os decisores técnicos e políticos de informação estratégica destinada à definição de políticas gerais e setoriais ao nível da gestão ambiental e controlo financeiro.

Os sistemas de informação e cadastro tem como uma das principais missões, cadastrar toda a informação geoespacial das infraestruturas existentes para as diferentes áreas de atuação no território dos onze municípios integrantes e fornecer, para os diversos departamentos e Polos Operacionais, informação atualizada sistematizada, para uma melhor e mais rápida resposta por parte dos serviços.





As atividades desenvolvidas, no decorrer do ano de 2021, foram as seguintes:

- Receção de informação geográfica – Informação geográfica e cadastral de água e saneamento do município de Góis;
- Adaptação da informação geográfica – Criação de 3 modelos de dados (abastecimento de água, águas residuais urbanas e resíduos urbanos);
- Construção do Geoportal interno – visualizador de informação geográfica e cadastral de abastecimento de água e saneamento de águas residuais;
- Inserção da informação geográfica e cadastral no software NAVIA;
- Atualização da informação geográfica e cadastral – Levantamento e atualização da informação geográfica em campo;
- Plantas cadastrais emitidas (internas) – 164 plantas emitidas;
- Levantamento cadastral de 9 mil contentores de resíduos sólidos urbanos.

## 11.8 Segurança e Saúde no Trabalho

O ano de 2021, foi um grande desafio para a APIN no que respeita à Higiene e Segurança no Trabalho, devido à pandemia COVID-19, reforçando a implementação das regras de segurança e prevenção de contágio. Continuou a investir-se na definição de medidas relativas aos trabalhos realizados e aos equipamentos e máquinas utilizados, de modo a eliminar ou reduzir a exposição aos perigos e aos riscos associados.

Durante o ano de 2021, foram desenvolvidas diversas atividades, destacando-se as seguintes:

- Reforço e reposição de equipamentos de proteção individual e fardamentos;
- Continuação da identificação de perigos e avaliação dos riscos para a segurança dos trabalhadores, com a subsequente definição de medidas de controlo;
- Avaliação da adequabilidade dos equipamentos de proteção individual e coletiva e necessidades adicionais dos mesmos;
- Reforço da aquisição de equipamentos de proteção coletiva e sinalização vertical temporária ao nível das atividades junto às vias de comunicação;
- Continuação da elaboração da Ficha de Procedimento de Segurança para diversas atividades da APIN identificadas como sendo de risco;
- Acompanhamento de trabalhos no âmbito da Segurança e Higiene no Trabalho nas empreitadas do POSEUR;



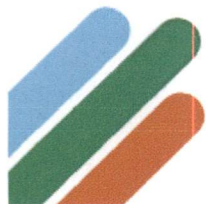
- Controlo, ao nível da segurança, dos prestadores de serviço que desenvolvem atividade sobre alçada da APIN de modo a garantir o cumprimento da legislação aplicável em matéria de segurança;
- Foram realizadas várias ações de sensibilização de segurança no trabalho:
  - ✓ Acolhimento e início de funções, incluindo riscos associados e respetivas medidas preventivas na utilização de equipamentos de proteção individual;
  - ✓ COVID-19 – medidas de prevenção;
  - ✓ Prevenção de Alcoolemia.
- Continuação da caracterização dos ativos em termos das necessidades de segurança: guardas, acessos, linhas de vida, entre outros.
- Continuação da realização de testes rápidos de antigénio COVID-19 de forma a testar as equipas e reduzir o contágio, em parceria com os Bombeiros Voluntários de Penela para realização de testes rápidos de antigénio COVID-19;
- Sensibilização contínua dos fornecedores no sentido da sua consciencialização e do seu comprometimento para o cumprimento das regras de segurança impostas pela legislação aplicável.

### 11.9 Comunicação e Imagem

Após a marca APIN ter entrado na vida dos consumidores em 2020, o ano de 2021 revelou-se especialmente ativo ao nível da comunicação externa da Empresa.

Divulgou-se amplamente nas redes, no site da Empresa e/ou por carta direta aos clientes e na comunicação social informações. Das ações desenvolvidas, destacamos as seguintes:

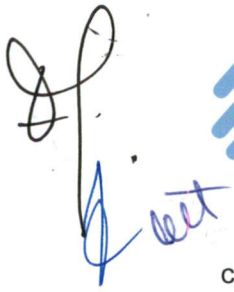
- COVID-19 - pacote de medidas excecionais entre os meses de fevereiro e abril;
- Número Verde para avisos de roturas na rede e/ou perturbações no abastecimento;
- Reforço da frota com viaturas de recolha de resíduos;
- Dia Mundial par a Segurança e Saúde no Trabalho;
- Abertura de cinco novos postos de serviço de apoio ao cliente nos municípios de Alvaiázere, Ansião, Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande e Vila Nova de Poiares;
- Higienização de reservatórios e de intervenções na rede;
- Contactos de cooperação com a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, no âmbito da campanha “combate aos incêndios rurais”;
- Investimentos em manutenção e obras novas nos vários Concelhos;
- Apresentação do estudo para o Desenvolvimento de Sistemas de Recolhas de Biorresíduos;



- Evento de assinatura do contrato de empreitada de Serpins e de Penela;
- Suplemento em jornal e promoção na página de Facebook: “APIN avança obras para melhorar os serviços da região”;



- Comunicado sobre ligações diretas à rede de água;
- Promoção de reforço de recolha de resíduos, bem como a renovação progressiva do parque de contentores;
- Informação relativa às duas modalidades de pagamento do serviço de limpeza de fossas;
- Higienização do parque de contentores e substituição dos que se encontravam em mau estado de conservação;
- Dia Mundial Nacional da Água - Projeto Eficiência Hídrica;
- Dia Mundial do Saneamento;
- Novos órgãos sociais da APIN;
- Registo e envio de provas de comunicação de Projetos cofinanciados POSEUR, com definição de colocação de placas de Obras – cumprimento das regras.



Empenharam-se todos os esforços de controlo de desinformação, sobretudo no que concerne à rede social - Facebook. Foram produzidos e divulgados online, vídeos relativos ao trabalho das equipas da Operação e da Manutenção da APIN. De salientar ainda o investimento na caracterização da frota automóvel e dos balcões de atendimento.

### 11.10 Responsabilidade Social

Ao nível da responsabilidade social, a APIN, na sequência da função social dos municípios que a constituem, fez constar no seu tarifário duas hipóteses de tarifário diferenciado.

Como tal, os utilizadores domésticos podem usufruir de tarifários especiais, quer sejam de menor rendimento (tarifário social) quer sejam família numerosa.

De acordo com o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 147/2017, de 5 de dezembro, são elegíveis para beneficiar da tarifa social as pessoas singulares com contrato de fornecimento de serviços de águas e que se encontrem em situação de carência económica. Os municípios aderentes solicitam e obtêm a informação sobre a elegibilidade dos potenciais beneficiários, mediante o número de identificação fiscal do titular do contrato e do código do local de consumo, através da Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), que para este efeito consulta os serviços competentes da Autoridade Tributária e Aduaneira e da Segurança Social.



## 12 ANÁLISE ECONÓMICO FINANCEIRA

Nos subcapítulos que se seguem, apresenta-se o detalhe da estrutura de rendimentos, gastos, bem como a situação de patrimonial no final de dezembro de 2021.

### 12.1 Estrutura de Rendimentos

A estrutura de rendimentos da APIN foi de € 13,6 milhões, conforme quadro abaixo:

*Quadro 15 - Rendimentos e ganhos*

Rendimentos e Ganhos	2021	2020
Vendas	4 510 776	3 960 951
Prestação de serviços	8 946 968	7 106 951
Variações nos inventários de produção	0	0
Trabalhos para a própria entidade	0	0
Subsídios à exploração	68 806	1 023 290
Reversões	0	0
Ganhos por aumentos de justo valor	31	0
Outros rendimentos e ganhos	49 642	1 219
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	0	0
<b>Total</b>	<b>13 576 223</b>	<b>12 092 410</b>

Valores em euros

Fonte Própria

O volume de negócios perfaz um montante de € 13,5 milhões, repartido pelas atividades de abastecimento de água (60%), saneamento de águas residuais (18%) e gestão de resíduos (22%).

### 12.2 Estrutura de Gastos

A estrutura de gastos da APIN foi de € 16,1 milhões, conforme quadro abaixo:

*Quadro 16 - Gastos e perdas*

Gastos e Perdas	2021	2020
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	4 621 548	4 492 269
Fornecimentos e serviços externos	6 817 672	4 746 259
Gastos com o pessoal	3 642 883	2 287 778
Gastos de depreciação e de amortização	411 952	63 506
Perdas por imparidade	414 221	213 432
Perdas por reduções de justo valor	0	0
Provisões do período	0	0
Outros gastos e perdas	106 103	47 515
Gastos de perdas de financiamento	87 886	0
<b>Total</b>	<b>16 102 265</b>	<b>11 850 760</b>

Valores em euros

Fonte Própria

Os Fornecimentos e Serviços Externos (FSE), no montante de € 6,8 milhões, representaram cerca de 42,3% dos gastos operacionais. A rubrica de CMVMC's em 2021 diz respeito ao custo com a aquisição de água em "alta". Por sua vez, o custo com o tratamento de efluentes e a gestão de resíduos em "alta", estão considerados em subcontratos, refletindo 46,5% do total contabilizado em FSE.

Os gastos com o pessoal traduzem um total de 199 colaboradores no final de dezembro de 2021, dos quais 20 foram admitidos no segundo semestre de 2021.

### 12.3 Resultado

O Resultado líquido do período de 2021 é de - € 2,2 milhões.

*Quadro 17 - Resultados*

Resultados	2021	2020
Resultado antes de depreciações, financiamento e impostos	-2 026 204	305 157
Resultado operacional (antes de financiamento e impostos)	-2 438 156	241 651
Resultado antes de impostos	-2 526 042	241 651
Imposto sobre o rendimento do período	-11 232	24 385
Imposto diferido	377 135	0
Resultado líquido do período	-2 160 139	217 266

Valores em euros

Fonte Própria

### 12.4 Capital Próprio

O Capital Próprio da APIN no final de 2021 foi de € 9,5 milhões, dos quais € 12,7 milhões dizem respeito à contabilização de diversas candidaturas ao POSEUR, reconhecido na conta 278 – outros devedores e credores em contrapartida da conta 5931 – Subsídios atribuídos e da conta 5932 – Ajustamento em subsídios, representando o saldo da conta 5932 o valor de impostos estimados no valor de € 2,7 milhões.

A rubrica de Resultados Transitados foi incrementada no valor de € 365,5 mil referente à insuficiência de estimativa de receita verificada em 2020.

Quadro 18 - Capital próprio

Capital Próprio	2021	2020	Δ Valor	Δ %
Capital realizado	1 100 000	1 100 000	0	0,00%
Acções (quotas) próprias		0	0	0,00%
Outros instrumentos de capital próprio		0	0	0,00%
Prémios de emissão		0	0	0,00%
Reservas legais	10 863	0	10 863	0,00%
Outras reservas		0	0	0,00%
Resultados transitados	487 287	-84 646	571 933	-675,68%
Ajustamentos em ativos financeiros		0	0	0,00%
Excedentes de revalorização		0	0	0,00%
Outras variações no capital próprio	10 029 773	2 624 943	7 404 831	282,09%
Resultado líquido do período	-2 160 139	217 266	-2 377 404	-1094,24%
<b>Total do Capital Próprio</b>	<b>9 467 785</b>	<b>3 857 562</b>	<b>5 610 222</b>	

Valores em euros

Fonte Própria

## 12.5 Principais Rácios Financeiros

No quadro que se segue apresenta-se os principais indicadores financeiros relativos aos anos de 2020 e 2021:

Quadro 19 - Indicadores da posição financeira

Indicadores da Posição Financeira	Fórmulas	2021	2020
Debt to Equity (€)	Dívida Financeira Líquida / Património Líquido	n.a.	n.a.
EBIT - Earnings Before Interest and Taxes (€)	Resultado Operacional	-2 438 156	241 651
EBITDA - Earnings Before Interest, Taxes and Depreciation (€)	Resultado Operacional + Amortizações + Imparidades	-1 611 983	518 589
Autonomia Financeira	Capital Próprio / Ativo	0,45	0,31
Solvabilidade	Capital Próprio / Passivo	0,81	0,44
Rentabilidade dos Capitais Próprios	Resultado Líquido / Capital Próprio	n.a.	0,06

Fonte Própria

Os resultados operacionais apresentam o valor próximo de - € 2,4 milhões. Por seu lado, o EBITDA apresenta um valor de cerca de - € 1,6 milhões, refletindo uma margem EBITDA de - 12,0%.

A autonomia financeira da Empresa em 2021 ascende a 0,45, enquanto o rácio de solvabilidade evidencia uma estrutura de capitais equilibrada (0,81).

## 12.6 Gestão de Riscos

A APIN encontra-se sujeita a uma variedade de riscos: risco de liquidez, risco de mercado e risco de catástrofe.

Para o desenvolvimento da sua atividade, a gestão dos mesmos é essencialmente controlada pela Administração e decorre do acompanhamento sistemático das principais



operações da Empresa e respetivos fluxos financeiros, e ainda pelo conhecimento que detém do mercado e do setor de atividade em que se insere.

As decisões tomadas pela Administração assentam em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas geram apenas riscos regularmente suportáveis pela Empresa.

### 12.7 Ações Próprias

Tal como se verificou no quadro do capital próprio, a organização não detém quotas próprias nem efetuou aquisições ou alienações de ações próprias no decurso do exercício.

### 12.8 Negócio entre a Sociedade e os Seus Administradores

Dando cumprimento ao artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais, não existiram negócios entre a sociedade e os seus administradores no período de 2021.

### 12.9 Sucursais

A sociedade não detém sucursais em território nacional nem fora do território nacional.

### 12.10 Situação Fiscal e Contributiva

À data de encerramento das contas, a Empresa não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, à Segurança Social, nem a qualquer outra entidade pública.



Apresentamos de seguida os investimentos a realizar por município:

**Alvaiázere:**

- Freguesia de Alvaiázere: construção da extensão de redes de saneamento de águas residuais e novas ligações à ETAR de Alvaiázere;
- Maçãs de Dona Maria continuação da expansão de redes de saneamento de águas residuais e construção de novas ligações à ETAR de Vale de Tábuas;
- Pussos - São Pedro construção da extensão de redes de saneamento de águas residuais e em novas ligações à ETAR de Venda dos Olivais.

**Ansião:**

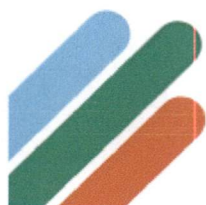
- Santiago da Guarda: ampliação das redes públicas de drenagem de águas residuais e na construção da estrutura de ligação à ETAR e de redes de drenagem de águas residuais de Alvorge (1.ª e 2.ª Fase);
- Chão de Couce construção de redes de saneamento de águas residuais e uma nova ligação de Chão de Couce à ETAR Vale de Tábuas.

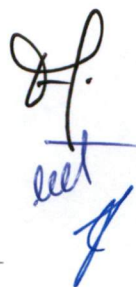
**Castanheira de Pera:**

- Freguesia de Castanheira de Pera - Bolo e Casalinho: Execução da Reformulação do Sistema de Adução a estas povoações;
- Sarzedas: investimento em obras de remodelação e beneficiação da ETAR para redução da poluição urbana nas massas de água;
- Corga, Pera, Bolo, Torgal e Palheira: Construção da extensão de redes de saneamento de águas residuais e novas ligações à ETAR de Castanheira de Pera;
- Anchas/Troviscal e Dórdio: Construção do Sistema Elevatório e Emissário com ligação às redes de saneamento de águas residuais à ETAR de Castanheira de Pera.

**Figueiró dos Vinhos**

- Freguesia de Aguda: construção de redes de saneamento de águas residuais e novas ligações à ETAR de Tábuas; Expansão da rede de águas residuais domésticas da Aguda;
- Vila de Figueiró dos Vinhos: construção de redes de saneamento de águas residuais e novas ligações à ETAR de Figueiró dos Vinhos;
- Zereiro, Coutada, Chãos, Forno Telheiro, Carapinhal e Laranjeira: construção da extensão de redes de águas residuais domésticas;





- Castanheira de Figueiró: construção da extensão de redes de águas residuais domésticas;
- Colmeal e Lavandeira: construção da extensão de redes de águas residuais domésticas;
- Santarém: construção da extensão de redes de águas residuais domésticas;
- Valada, Serrada e Portelão: construção da extensão de redes de águas residuais domésticas;
- Ribeira De S. Pedro, Douro e Porto Douro construção da extensão de redes de águas residuais domésticas.

**Góis:**

- Ponte de Sótão e Lugares limítrofes: construção de redes de saneamento de águas residuais e novas ligações à ETAR de Ponte de Sótão.

**Lousã:**

- Quatro Águas: Rede de Água do lugar de Casal de S. Miguel;
- Vale Nogueira: Construção Rede de Água (lugares de Vale Pereira da Serra e Vale Nogueira);
- Candal: Construção da ETA da Aldeia Serrana de Candal;
- Talasnal: Construção da ETA da Aldeia Serrana de Talasnal;
- Cerdeira: Construção da ETA da Aldeia Serrana de Cerdeira;
- Casal Novo/Chiqueiro: Construção da ETA da Aldeia Serrana de Casal Novo/Chiqueiro;
- Saneamento e renovação de redes de drenagem no sistema Lousã/Póvoa: Fontainhas (junto à ETAR das Fontainhas), Praceta Sá Carneiro;
- Construção da Rede Águas Residuais e Rede Águas Pluviais na Praceta Sá Carneiro;
- Saneamento e novas ligações à ETAR de Semide/Poisão: lugares de Ceira dos Vales, Vales e Corte Velha.

**Pampilhosa da Serra**

- Amoreira: Redução da Poluição Urbana nas Massas de água, através de construção de redes de saneamento e abastecimento de água, de tratamento, drenagem e recolha das águas residuais;
- Pessegueiro: Redução da Poluição Urbana nas Massas de água, através de construção de redes de saneamento e abastecimento de água, de tratamento, drenagem e recolha das águas residuais.



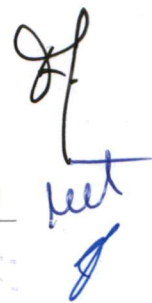
**Pedrogão Grande**

- São Mateus, Vale do Barco e Vale do Góis: construção de redes de saneamento de águas residuais - Ligação à ETAR de Pedrogão Grande;
- Facaia: construção de redes de saneamento de águas residuais - Ligação à ETAR de Facaia;
- Pinheiro Bordalo, Altardo, Graça, Casal dos Ferreiros e Casal da Francisca: construção de redes de saneamento de águas residuais - Ligação à ETAR de Atalaia;
- Derreadas: construção de redes de saneamento de águas residuais - Ligação à ETAR de Derreadas;
- Tojeira: construção de redes de saneamento de águas residuais - Ligação à ETAR de Pesos.

**Vila Nova de Poiares**

- Ribas, Soutelo e Vilar: redução da poluição urbana nas massas de água, através de construção de redes de saneamento e abastecimento de água e de tratamento e recolha das águas residuais- ETAR de RIBAS;
- Cabecinhos, Vila Chã, Vale De Vaíde, S. Miguel, Vendinha: substituição dos coletores e construção de rede de saneamento e rede de abastecimento de água – ligação à ETAR de Vale de Vaíde;
- Fundo da Vila, Vale de Gião, Ferreira, Avessada: construção de rede de drenagem de águas residuais - ligação à ETAR de Ribeira do Moinho;
- Soito: construção de arruamento e de infraestruturas para execução de redes de drenagem de águas residuais;
- São Miguel, Entroncamento, Vendinha: construção de rede de drenagem de águas residuais;
- Cabecinhos, Vila Chã, Vale De Vaíde, S. Miguel, Vendinha: substituição dos coletores e construção de rede de saneamento e rede de abastecimento de água- ligação à ETAR de Ribeira do Moinho.





## 14 IMPOSTO DIFERIDO SOBRE O RENDIMENTO

Nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro n.º 25 do SNC, o reporte de imposto decorrente do prejuízo fiscal é reconhecido como um ativo do período em que ocorre quando “é provável que o benefício fluirá para a entidade” nos períodos seguintes.

Considerando as perspetivas futuras de revisão do Estudo de Viabilidade Económica e Financeira, perspetivar-se-á a sustentabilidade da operação e a realização de lucro tributável nos 12 períodos seguintes (anos).

## 15 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Administração da APIN deseja expressar o seu agradecimento a todos os que contribuíram com o seu trabalho durante o ano de 2021, que continuou a ser fustigado pelo surto pandémico COVID-19, bem como a todos os que desempenharam um papel fundamental neste segundo ano de atividade, agradecendo também, particularmente:

- Aos municípios de Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penacova, Penela e Vila Nova de Poiares, pelo empenho e colaboração prestados;
- A todos os trabalhadores da Empresa, pela grande competência, empenho e dedicação sempre evidenciados, apesar duma conjuntura que não tem sido a mais favorável;
- A todos os clientes individuais e empresariais que nos ajudam, com a sua exigência, a uma melhoria contínua;
- Aos fornecedores, pelo esforço evidenciado na pronta satisfação das necessidades da Empresa.

## 16 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido negativo do período de 2021, no valor de - € 2.160.139 seja transferido para resultados transitados.



*Handwritten signature and initials*

## 17 TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS A CARGO DOS SÓCIOS (Artigo 40.º, n.ºs 2 e 8 da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto)

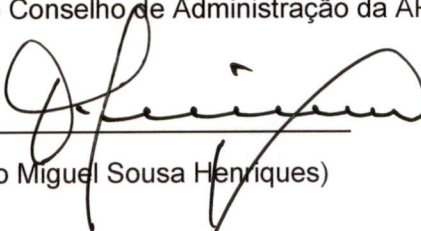
Perante o resultado negativo do período, o Conselho de Administração propõe a aplicação do mecanismo legal de reposição do equilíbrio previsto no n.º 2 do artigo 40.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, sendo que, «... no caso de o resultado líquido antes de impostos se apresentar negativo, é obrigatória a realização de uma transferência financeira a cargo dos sócios, na proporção da respetiva participação social, com vista a equilibrar os resultados do exercício em causa».

## 18 FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

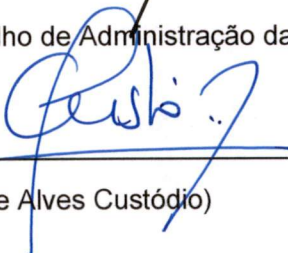
Não se verificaram factos ou acontecimentos relevantes posteriores a 31 de dezembro de 2021.

Penela, 22 de março de 2022

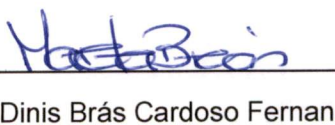
O Presidente do Conselho de Administração da APIN,

  
\_\_\_\_\_  
(João Miguel Sousa Henriques)

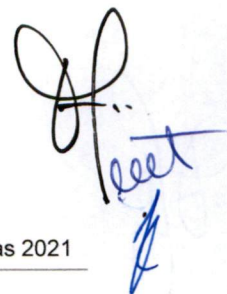
O Vogal do Conselho de Administração da APIN,

  
\_\_\_\_\_  
(Jorge Alves Custódio)

O Vogal do Conselho de Administração da APIN,

  
\_\_\_\_\_  
(Marta Inês Dinis Brás Cardoso Fernandes)

## 19 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS


**19.1 BALANÇO**
**APIN - Emp. Interm. Amb. Pinhal Interior, EIM SA**  
**BALANÇO EM 31 de Dezembro de 2021**

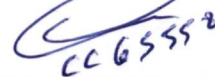
Contribuinte: 515515507

Moeda: EURO

RUBRICAS	NOTAS	31 Dec 2021	31 Dec 2020
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	9	3,409,102.01	911,254.67
Propriedades de investimento			
Goodwill			
Ativos intangíveis	8	279,603.71	199,840.27
Ativos biológicos			
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial			
Outros investimentos financeiros		21,197.28	7,981.70
Créditos a receber	24	1,550.00	
Ativos por Impostos diferidos	24	377,135.29	
		<b>4,088,588.29</b>	<b>1,119,076.64</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	20		39,571.39
Ativos biológicos			
Clientes	23	1,652,203.60	2,638,801.53
Estado e outros entes públicos	25	459,825.15	370,931.63
Capital subscrito e não realizado			
Outros créditos a receber	24	13,387,789.19	5,120,740.28
Diferimentos		412,745.98	233,825.89
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros			
Ativos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos bancários	5	2,022,498.39	3,090,181.15
		<b>17,935,062.31</b>	<b>11,494,051.87</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>22,023,650.60</b>	<b>12,613,128.51</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio</b>			
Capital Subscrito		1,100,000.00	1,100,000.00
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas legais		10,863.28	
Outras reservas			
Resultados transitados		487,286.61	-84,645.96
Excedentes de revalorização			
Ajustamentos / Outras variações no capital próprio		10,029,773.40	2,624,942.86
Resultado líquido do período		-2,160,138.79	217,265.57
<b>Total do capital próprio</b>		<b>9,467,784.50</b>	<b>3,857,562.47</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões			
Financiamentos Obtidos	12	5,000.00	
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Passivos por impostos diferidos			
Outras dívidas a pagar	24	3,706,895.57	
		<b>3,711,895.57</b>	
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	24	4,045,008.76	6,758,795.43
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos	25	97,911.18	153,226.67
Financiamentos Obtidos			
Outras dívidas a pagar	24	4,667,033.19	1,722,938.01
Diferimentos		34,017.40	120,605.93
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
Passivos não correntes detidos para venda			
		<b>8,843,970.53</b>	<b>8,755,566.04</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>12,555,866.10</b>	<b>8,755,566.04</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>22,023,650.60</b>	<b>12,613,128.51</b>

Órgão de Gestão:

Contabilista Certificado n.º




## 19.2 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

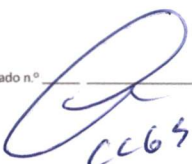
**APIN - Emp. Interm. Amb. Pinhal Interior, EIM SA**

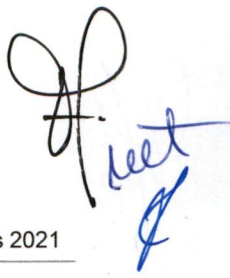
Contribuinte: 515515507

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 de Dezembro de 2021

Moeda: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	31 Dec 2021	31 Dec 2020
Vendas e serviços prestados	22	13,457,743.73	11,067,901.56
Subsídios à exploração	32	68,805.95	1,023,290.33
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	20	-4,621,547.78	-4,492,268.69
Fornecimentos e serviços externos	27	-6,817,671.67	-4,746,259.26
Gastos com o pessoal	28	-3,642,883.21	-2,287,778.28
Imparidade / Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	14	-414,221.00	-213,431.91
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis			
Aumentos / reduções de justo valor		30.86	
Outros rendimentos	29	49,642.06	1,218.57
Outros gastos	30	-106,102.74	-47,514.97
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>-2,026,203.80</b>	<b>305,157.35</b>
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	31	-411,952.21	-63,506.45
Imparidade de investimentos depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões)			
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>-2,438,156.01</b>	<b>241,650.90</b>
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados	26	-87,886.00	
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>-2,526,042.01</b>	<b>241,650.90</b>
Imposto sobre o rendimento do período	25	365,903.22	-24,385.33
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>-2,160,138.79</b>	<b>217,265.57</b>


 0065558


**19.3 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES**
**APIN - Emp. Interm. Amb. Pinhal Interior, EIM SA**

Contribuinte: 515515507

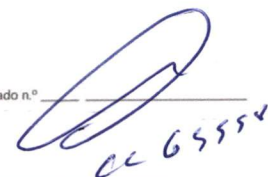
**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES EM 31 de Dezembro de 2021**

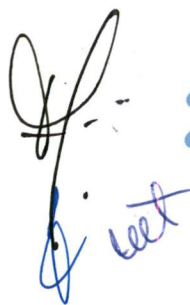
Unidade Monetária: EURO

RÚBRICAS	NOTAS	31 Dec 2021	31 Dec 2020
Vendas e serviços prestados	22	13,457,743.73	11,067,901.56
Custo das Vendas e dos Serviços Prestados	20,27	-8,795,988.40	-7,474,316.56
<b>Resultado Bruto</b>		<b>4,661,755.33</b>	<b>3,593,585.00</b>
Outros Rendimentos	32,29	118,478.87	1,024,508.90
Gastos de Distribuição			
Gastos Administrativos		-2,643,231.05	-1,764,211.39
Gastos de Investigação e Desenvolvimento			
Outros Gastos		-4,575,159.16	-2,612,231.61
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>-2,438,156.01</b>	<b>241,650.90</b>
Gastos de Financiamento (Líquidos)		-87,886.00	
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>-2,526,042.01</b>	<b>241,650.90</b>
Imposto sobre o rendimento do período	25	365,903.22	-24,385.33
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>-2,160,138.79</b>	<b>217,265.57</b>

Órgão de Gestão: \_\_\_\_\_

Contabilista Certificado n.º \_\_\_\_\_



## 19.4 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

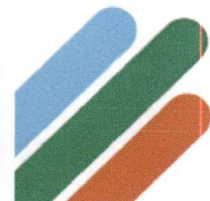
Entidade: APIN - Emp. Interm. Amb. Pinhal Interior, EIM SA

Contribuinte: 515515507

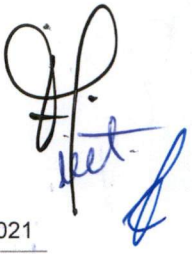
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA - PERÍODO FINDO EM 31 de Dezembro de 2021

Moeda: EURO

RÚBRICAS	NOTAS	31 Dec 2021	31 Dec 2020
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes		15,179,083.56	8,127,280.73
Pagamentos a fornecedores		-12,930,248.86	-5,097,203.44
Pagamentos ao pessoal		-3,247,060.35	-1,661,381.07
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>-998,225.65</b>	<b>1,368,696.22</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-122,832.33	-3,677.69
Outros recebimentos/pagamentos		602,101.28	881,273.69
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>		<b>-518,956.70</b>	<b>2,246,292.22</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		-1,460,803.91	-82,341.43
Ativos intangíveis		-79,763.44	
Investimentos financeiros		-1.57	-2,209.36
Outros ativos		-1,457.98	
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis		1,338.94	403.94
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			60.27
Subsídios ao investimento		986,980.85	
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</b>		<b>-553,707.11</b>	<b>-84,086.58</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos		5,000.00	
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de Financiamento			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares		-18.95	
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</b>		<b>4,981.05</b>	
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<b>-1,067,682.76</b>	<b>2,162,205.64</b>
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		3,090,181.15	927,975.51
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		<b>2,022,498.39</b>	<b>3,090,181.15</b>
Caixa e seus equivalentes no fim do período - BALANCETE		2,022,498.39	3,090,181.15



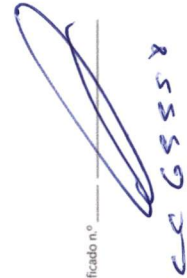



**19.5 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO - 2021**

Contribuinte: 515515507

Moeda: EURO

DESCRÇÃO	NOTAS	Capital Realizado	Ações (Quotas) Próprias	Outros Instrum. Capital Próprio	Prémios de Emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Ajustam / Outras Variações Cap Prop	Exced de Revaloriz.	Resultado Líquido do Período	Total do Capital Próprio
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO DE 12/31/2021		1,100,000.00						-84,645.96	2,624,942.86		217,265.57	3,857,562.47
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>												
Primeira Adopção do SNC												
Alterações de Políticas Contabilísticas												
Diferenças de Conversão de Demonstrações Financeiras												
Realização do Excedente de Revalorização												
Excedente de Revalorização												
Ajustamentos por Impostos Diferidos												
Outras Alterações reconhecidas no Capital Próprio						10,863.28		571,932.57	7,404,830.54		-217,265.57	7,770,360.82
						10,863.28		571,932.57	7,404,830.5		-217,265.57	7,770,360.82
<b>RESULTADO LÍQUIDO</b>						10,863.28		571,932.57	7,404,830.5		-2,160,138.7	-2,160,138.79
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>						10,863.28		571,932.57	7,404,830.5		-2,377,404.3	5,610,222.03
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>												
Realizações de Capital												
Realizações de Prémio de Emissão												
Distribuições												
Entradas para cobertura de perdas												
Outras Operações												
<b>POSICÃO NO FIM DO PERÍODO DE 12/31/2021</b>		1,100,000.0				10,863.28		487,286.61	10,029,773.		-2,160,138.7	9,467,784.50



Contabilista Certificado n.º

Origem de Gestão:

19.6 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO - 2020

Contribuinte: 515515507

Moeda: EURO

APIN - Emp. Interm. Amb. Pinhal Interior, EIM SA



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DO PERÍODO EM 31 de Dezembro de 2021

DESCRICÃO	NOTAS	Capital Realizado	Ações (Quotas) Próprias	Outros Instrum. Capital Próprio	Prémios de Emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transmitidos	Ajustam. / Outras Variações Cap Próp	Exced. de Revaloriz.	Resultado Líquido do Período	Total do Capital Próprio
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO DE 12/31/2020		1.100.000,0									-84.645,96	3.640.296,90
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira Adopção do SNC												
Alterações de Políticas Contabilísticas												
Diferenças de Conversão de Demonstrações Financeiras												
Realização do Excedente de Revalorização												
Excedente de Revalorização												
Ajustamentos por Impostos Diferidos												
Outras Alterações reconhecidas no Capital Próprio								-84.645,96			84.645,96	
RESULTADO LÍQUIDO								-84.645,96			84.645,96	
RESULTADO INTEGRAL								-84.645,96			84.645,96	
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO												
Realizações de Capital												
Realizações de Prémio de Emissão												
Distribuições												
Entradas para cobertura de perdas												
Outras Operações												
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO DE 12/31/2020		1.100.000,0						-84.645,96	2.654.942,8		217.265,57	3.857.562,47

Órgão de Gestão:

Contabilista Certificado n.º

CC 65558

  
  
*ieet*

20 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



**NOTA 1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E PERÍODO DE RELATO**

- 1.1 Designação da entidade: APIN - Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, E.I.M., S. A.
- 1.2 Morada: Zona Industrial de Penela, Lote 15, 3230-347 Penela
- 1.3 Número de identificação fiscal: 515 515 507
- 1.4 Natureza da atividade: Exploração e gestão do Sistema Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, o qual agrega os sistemas municipais de abastecimento público de água, de saneamento, de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos dos municípios de Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penacova, Penela e Vila Nova de Poiares, no respetivo território.
- 1.5 Conservatória: Registo comercial e predial de Penela
- 1.6 Capital Social: 1.100.000 €
- 1.7 Período das demonstrações financeiras: Período findo em 31 de dezembro de 2021

**NOTA 2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****2.1 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**

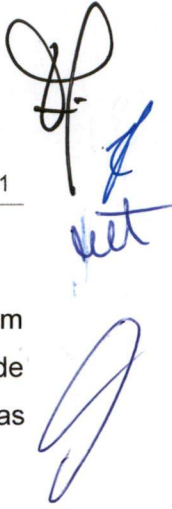
As demonstrações financeiras da Empresa foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema de Normalização Contabilístico (SNC) que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF).

**2.2 Derrogação das disposições do SNC e efeitos nas demonstrações financeiras**

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

**2.3 Comparação com o ano anterior**

As demonstrações financeiras são comparáveis com o ano anterior.



### **NOTA 3 - ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NCRF – DIVULGAÇÃO TRANSITÓRIA**

A adoção das Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) ocorreu pela primeira vez em 2010, pelo que a data de transição do referencial contabilístico POC para este normativo é 1 de janeiro de 2009, tal como estabelecido pela NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

Nos termos dessa norma, não há efeitos reportados à data de transição para as NCRF (1 de janeiro de 2009).

### **NOTA 4 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

#### **4.1 Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações financeiras de APIN - Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, E.I.M. S.A. são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalentes à data da transação.

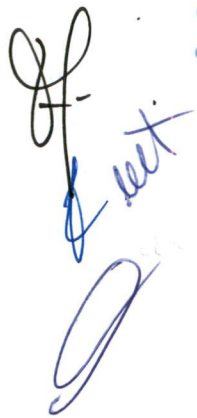
Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica “Gastos de financiamento”, se relacionados com empréstimos ou em “Outros gastos ou perdas operacionais”, para todos os outros saldos/transações.

#### **4.2 Ativos fixos tangíveis**

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente valorizados pelo seu custo.

O custo do ativo fixo tangível além do preço de compra, inclui os direitos de importação e impostos não reembolsáveis, custos necessários para colocar o ativo na localização e condição de funcionamento, e exclui descontos comerciais e abatimentos.





É adotado o modelo do custo na mensuração subsequente à mensuração inicial, os ativos fixos tangíveis são valorizados pelo custo, menos depreciação acumulada e perdas por imparidade.

Os bens com vida útil limitada são depreciados em função da sua utilização, e assim que estejam concluídos ou em estado de uso. Dado que os terrenos têm vida ilimitada não são depreciados.

A quantia depreciável do ativo fixo tangível é imputada pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de bens. As taxas de depreciação utilizadas estão de acordo com a legislação aplicável.

O método de depreciação, vida útil e valor residual dos bens foram revistos e consideram-se apropriados.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada e estão de acordo com a legislação em vigor, como segue:

Rúbricas	Vida Útil - Anos
Edifícios e outras construções	10 a 25
Equipamento básico	4 a 14
Equipamento de transporte	4 a 6
Equipamento administrativo	4 a 8
Outros ativos tangíveis	4 a 8

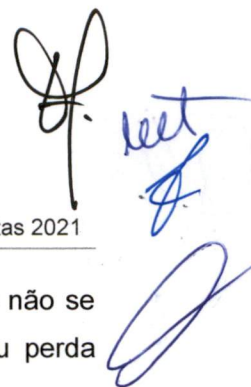
As despesas, com reparação e manutenção destes ativos, são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais", consoante se trate de mais ou menos valias.

São efetuados testes de imparidade sempre que existem indicadores que possam apontar para os mesmos.



A quantia escriturada do bem é desreconhecida no momento da alienação ou quando não se espere futuros benefícios económicos do seu uso ou alienação. Sendo, o ganho ou perda decorrente incluído nos resultados.

#### 4.3. Propriedades de investimento

A entidade não detém propriedades de investimento.

#### 4.4. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas, quando a Empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto do período em que são incorridas.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Empresa. Nestas situações estes gastos são capitalizados como ativos intangíveis.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, com exceção dos direitos de gestão de instalações, os quais são amortizados de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Nos casos de marcas e patentes, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.



As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada e estão de acordo com a legislação em vigor.

Rúbricas	Vida Útil - Anos
Projetos de desenvolvimento	3 a 10
Outros ativos intangíveis	3

#### 4.5. Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas subsidiárias e associadas, nas quais a Empresa detenha influência ou controlo significativos (geralmente com participação superior a 20% do capital social), são mensurados pelo método da equivalência patrimonial.

Os restantes investimentos financeiros são mensurados pelo método do custo.

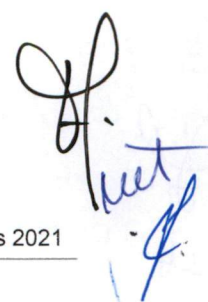
#### 4.6. Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 17% sobre a matéria até ao montante de 25.000,00 e 21% sobre o excedente. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda a Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88.º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2019, 2020 e 2021 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

A Empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Refira-se que esta avaliação se baseia no plano de negócios da Empresa, periodicamente revisto e atualizado.





#### 4.7. Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao custo de mercado, utilizando-se o FIFO (*First In First Out*) como método de custeio habitual, ou em alternativamente o método do custo específico. É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

#### 4.8. Ativos biológicos

A entidade não detém ativos biológicos.

#### 4.9. Clientes e outros valores a receber

As contas de “Clientes” e “Outros valores a receber” não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas ‘Perdas de imparidade acumuladas’, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

#### 4.10. Ativos financeiros detidos para negociação

A entidade não detém ativos financeiros detidos para negociação.

#### 4.11. Ativos não correntes detidos para venda

De igual modo, a entidade não detém de investimentos disponíveis para venda.

#### 4.12. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”.



#### 4.13. Capital social

As ações ordinárias são classificadas em capital próprio.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante desta emissão. Os custos diretamente imputáveis à emissão de novas ações ou opções, ou para a aquisição de um negócio, são incluídos no custo de aquisição como parte do valor da compra.

#### 4.14. Provisões

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

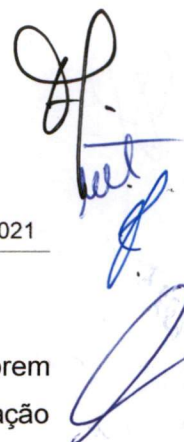
#### 4.15. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

#### 4.16. Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.



#### 4.17. Locações

Os contratos de locação são classificados ou como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas 2.2. e 2.3. acima, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

#### 4.18. Rédito e regime do acréscimo


O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.





Os dividendos são reconhecidos na rubrica “Outros ganhos e perdas líquidos” quando existe o direito de os receber.

#### 4.19. Reconhecimento do rédito em contratos de construção

A entidade não detém situações de contratos de construção.

#### 4.20. Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

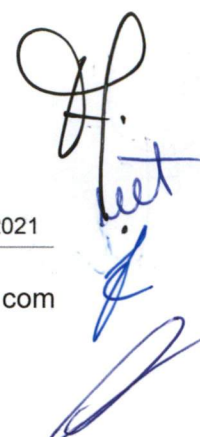
Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de projetos de investimento estão registados em balanço na rubrica “Capital Próprios” e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

#### 4.21. Custos dos Empréstimos obtidos

Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos são capitalizados como parte do custo desses ativos. Um ativo elegível para capitalização é um ativo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no período.

A capitalização de custos com empréstimos inicia-se quando tem início o investimento, já foram incorridos juros com empréstimos e já se encontram em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para estar disponível para uso ou para venda. A capitalização é terminada quando todas as atividades necessárias para colocar o ativo como disponível para uso ou para venda se encontram substancialmente concluídas. Outras despesas diretamente atribuíveis à



aquisição e construção dos bens, como os custos com matérias consumidas e custos com pessoal são igualmente incorporadas no custo dos ativos.

## NOTA 5 - FLUXOS DE CAIXA

5.1 - Os valores apresentados em caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso.

5.2 - A tabela seguinte apresenta a desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

MEIOS LÍQUIDOS FINANCEIROS	2021	2020
Caixa	1 599	656
Depósitos à Ordem	2 020 899	3 089 525
Outros depósitos bancários	-	-
Outros Instrumentos financeiros	-	-
<b>Total</b>	<b>2 022 498</b>	<b>3 090 181</b>

## NOTA 6 - POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS E ERROS

6.1 As demonstrações financeiras são comparáveis com as apresentadas no comparativo.

6.2 As políticas contabilísticas são consistentes entre os vários períodos apresentados.

6.3 Não se verificaram alterações em estimativas contabilísticas nos vários períodos apresentados.

6.4 Não foram identificados erros materiais de períodos anteriores nas demonstrações financeiras.

## NOTA 7 - PARTES RELACIONADAS

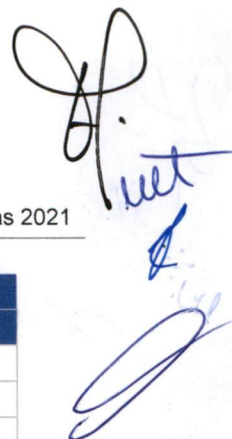
Na data de reporte financeiro a Empresa era participada pelas seguintes Entidades:

- O município de Alvaiázere com o NIF 506 605 949 detém 8,98% do capital social, no valor nominal de € 98.780 - Início da participação: 29 de julho de 2019.
- O município de Ansião com o NIF 506 605 930 detém 13,73% do capital social, no valor nominal de € 151.030 - Início da participação: 29 de julho de 2019.
- O município de Castanheira de Pera com o NIF 506 731 324 detém 4,26% do capital social, no valor nominal de € 46.860 - Início da participação: 29 de julho de 2019.



- O município de Figueiró dos Vinhos com o NIF 506 546 381 detém 5,82% do capital social, no valor nominal de € 64.020 - Início da participação: 29 de julho de 2019.
- O município de Góis com o NIF 506 613 399 detém 7,20% do capital social, no valor nominal de € 79.200 - Início da participação: 29 de julho de 2019.
- O município de Lousã com o NIF 501 121 528 detém 18,39% do capital social, no valor nominal de € 202.290 - Início da participação: 29 de julho de 2019.
- O município da Pampilhosa da Serra com o NIF 506 811 883 detém 7,90% do capital social, no valor nominal de € 86.900 - Início da participação: 29 de julho de 2019.
- O município de Pedrógão Grande com o NIF 507 011 937 detém 5,54% do capital social, no valor nominal de € 60.940 - Início da participação: 29 de julho de 2019.
- O município de Penacova com o NIF 506 657 957 detém 14,04% do capital social, no valor nominal de € 154.440 - Início da participação: 29 de julho de 2019.
- O município de Penela com o NIF 506 778 037 detém 6,77% do capital social, no valor nominal de € 74.470 - Início da participação: 29 de julho de 2019.
- O município de Vila Nova de Poiares com o NIF 505 371 600 detém 7,37% do capital social, no valor nominal de € 81.070 - Início da participação: 29 de julho de 2019.

Os saldos com Entidades relacionadas apresentam os seguintes montantes:



SALDOS COM PARTES RELACIONADAS	Ativo		Passivo	
	2021	2020	2021	2020
<b>Clientes - Sócios</b>				
Alvaiázere	55 747	51 820	-	-
Ansião	10 676	314 453	-	-
Castanheira de Pera	235	26 794	-	-
Figueiró dos Vinhos	140 323	143 531	-	-
Góis	55 780	79 262	-	-
Lousã	12 514	288 233	-	-
Pampilhosa da Serra	-	63 755	-	-
Pedrógão Grande	22 795	25 817	-	-
Penacova	105 042	402 561	-	-
Penela	3 015	7 594	-	-
Vila Nova de Poiares	6 568	99 900	-	-
<b>Diferimentos</b>				
Ansião	-	213 290	-	-
<b>Fornecedores - Sócios</b>				
Alvaiázere	-	-	-	-
Ansião	-	-	-	330 728
Castanheira de Pera	-	-	23 433	-
Figueiró dos Vinhos	-	-	-	750
Góis	-	-	14 696	162 115
Lousã	-	-	-	-
Pampilhosa da Serra	-	-	96 550	-
Pedrógão Grande	-	-	-	-
Penacova	-	-	-	-
Penela	-	-	677	20 000
Vila Nova de Poiares	-	-	55 273	-
<b>Total</b>	<b>412 696</b>	<b>1 717 010</b>	<b>190 628</b>	<b>513 593</b>

#### NOTA 8 - ATIVOS INTANGÍVEIS

O método de depreciação, vida útil e valor residual dos bens foram revistos e consideram-se apropriados.

O método de amortização usado é o das quotas constantes.

As seguintes tabelas evidenciam a movimentação nos ativos intangíveis de 2021 e 2020:

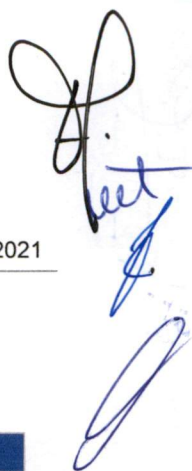


ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS	31 de dezembro de 2021				
	Saldo em 01/01/21	Aquisições Amort.	Abates Transf.	Revaloriz.	Saldo em 31/12/21
Goodwill	-	-	-	-	-
Projetos de desenvolvimento	96 363	147 539	-	-	243 901
Programas de computador	-	-	-	-	-
Propriedade industrial	-	-	-	-	-
Outros ativos intangíveis e em curso	112 786	7 470	-	-	120 257
<b>Total do ativo bruto</b>	<b>209 149</b>	<b>155 009</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>364 158</b>
Outros ativos intangíveis e em curso	(9 308)	(75 245)	-	-	(84 554)
Outros ativos intangíveis e em curso	-	-	-	-	-
<b>Total do ativo líquido</b>	<b>199 840</b>	<b>79 763</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>279 604</b>

ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS	31 de dezembro de 2020				
	Saldo em 01/01/20	Aquisições Amort.	Abates Transf.	Revaloriz.	Saldo em 31/12/20
Goodwill	-	-	-	-	-
Projetos de desenvolvimento	-	96 363	-	-	96 363
Programas de computador	-	-	-	-	-
Propriedade industrial	-	-	-	-	-
Outros ativos intangíveis e em curso	137 685	-	(24 900)	-	112 785
<b>Total do ativo bruto</b>	<b>137 685</b>	<b>96 363</b>	<b>(24 900)</b>	<b>-</b>	<b>209 149</b>
Outros ativos intangíveis e em curso	(58)	(9 250)	-	-	(9 308)
Outros ativos intangíveis e em curso	-	-	-	-	-
<b>Total do ativo líquido</b>	<b>137 627</b>	<b>87 113</b>	<b>(24 900)</b>	<b>-</b>	<b>199 840</b>




**NOTA 9 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS**

A seguinte tabela evidencia a movimentação nos ativos fixos tangíveis de 2021 e 2020:

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	31 de dezembro de 2021				
	Saldo em 1/jan/21	Aquisições Deprec.	Abates Transf.	Revaloriz.	Saldo em 31/dez/21
<b>Ativo bruto</b>					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	90 849	17 201	-	-	108 051
Equipamento básico	161 932	204 129	-	-	366 060
Equipamento de transporte	526 034	1 586 880	-	-	2 112 914
Equipamento administrativo	85 860	52 968	-	-	138 828
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	6 140	13 762	-	-	19 902
Investimentos em curso	95 191	954 902	-	-	1 050 093
<b>Total do ativo bruto</b>	<b>966 006</b>	<b>2 829 842</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3 795 848</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	(3 359)	(14 195)	-	-	(17 554)
Equipamento básico	(9 221)	(39 406)	-	-	(48 627)
Equipamento de transporte	(26 886)	(249 317)	-	-	(276 203)
Equipamento administrativo	(14 900)	(26 877)	-	-	(41 777)
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	(385)	(2 199)	-	-	(2 584)
<b>Total de depreciações acumuladas</b>	<b>(54 751)</b>	<b>(331 994)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(386 745)</b>
Total de perdas por imparidade	-	-	-	-	-
<b>Total do ativo líquido</b>	<b>911 255</b>	<b>2 497 848</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3 409 102</b>



ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	31 de dezembro de 2020				
	Saldo em 1/jan/20	Aquisições Deprec.	Abates Transf.	Revaloriz.	Saldo em 31/dez/20
<b>Ativo bruto</b>					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	76 929	13 920	-	90 849
Equipamento básico	-	161 932	-	-	161 932
Equipamento de transporte	-	526 034	-	-	526 034
Equipamento administrativo	7 703	78 787	-	-	85 860
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	-	6 140	-	-	6 140
Investimentos em curso	-	84 211	10 980	-	95 191
<b>Total do ativo bruto</b>	<b>7 073</b>	<b>934 033</b>	<b>24 900</b>	<b>-</b>	<b>966 006</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	(3 359)	-	-	(3 359)
Equipamento básico	-	(9 221)	-	-	(9 221)
Equipamento de transporte	-	(26 886)	-	-	(26 886)
Equipamento administrativo	(495)	(14 405)	-	-	(14 900)
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	-	(385)	-	-	(385)
<b>Total de depreciações acumuladas</b>	<b>(495)</b>	<b>(54 256)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(54 751)</b>
Total de perdas por imparidade	-	-	-	-	-
<b>Total do ativo líquido</b>	<b>6 578</b>	<b>(879 777)</b>	<b>24 900</b>	<b>-</b>	<b>911 255</b>

#### NOTA 10 - ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E UNIDADES DESCONTINUADAS

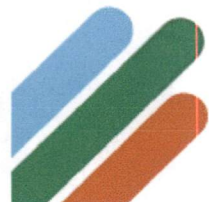
Não aplicável.

#### NOTA 11 - LOCAÇÕES

Não aplicável.

#### NOTA 12 - FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o saldo da rubrica “financiamentos obtidos” está discriminado como se segue:



FINANCIAMENTOS OBTIDOS	2021		2020	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários	5 000	-	-	-
Descobertos bancários	-	-	-	-
Locações financeiras	-	-	-	-
Outros empréstimos	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>5 000</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

### NOTA 13 - PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Não aplicável.

### NOTA 14 - IMPARIDADE DE ATIVOS

#### 14.1 Imparidade de Inventários

Não aplicável.

#### 14.2 Imparidade de Dívidas a Receber

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos gastos relativo a Imparidade de Dívidas a Receber dos períodos de 2021 e 2020.

IMPARIDADE DE DÍVIDAS A RECEBER	2021	2020
Imparidade acumulada no início do período	-	-
Perdas do exercício	414 221	213 432
Reversões do exercício	-	-
<b>Imparidade acumulada no fim do período</b>	<b>414 221</b>	<b>213 432</b>

A Empresa constituiu imparidades os clientes com dívidas vencidas superiores a 30 dias de antiguidades, excluindo as classes de consumo: 1) municípios; 2) Juntas de Freguesia e 3) Estado.

### NOTA 15 - INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Não aplicável.

**NOTA 16 - CONCENTRAÇÕES DE ATIVIDADES EMPRESARIAIS**

Não aplicável.

**NOTA 17 - INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E CONSOLIDAÇÃO**

Não aplicável.

**NOTA 18 - EXPLORAÇÃO E AVALIAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS**

Não aplicável.

**NOTA 19 - AGRICULTURA**

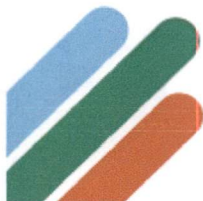
Não aplicável.

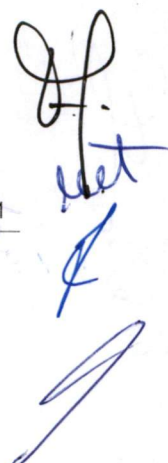
**NOTA 20 - INVENTÁRIOS**

O consumo de mercadorias vendidas e das matérias consumidas, assim como, a discriminação do inventário apresentado pela gerência a 31 de dezembro de 2021 e 2020, é descrito na seguinte tabela:

INVENTÁRIOS E ATIVOS BIOLÓGICOS	2021	2020
Inventário inicial de Mercadorias, Mat. Consumidas e At. Biológicos Consumo	39 571	-
Compras	4 581 976	4 531 840
Reclassificação e regularização	-	-
Custo das mercadorias vendidas, matérias e ativos biológicos consumidos	(4 621 548)	(4 492 269)
Inventário final de Mercadorias, Mat. Consumidas e At. Biológicos Consum.		-
Imparidade acumulada de Merc., Mat. Consumidas e At. Biológicos Consum.		-
Sub-total:	(0)	39 571
Produtos acabados e intermédios		-
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos		-
Produtos e trabalhos em curso		-
Ativos biológicos de produção		-
Imparidade acumulada de produtos e At. Biológicos de produção		-
Sub-total:		-
<b>Total de inventários e de ativos biológicos</b>	<b>(0)</b>	<b>39 571</b>

Em 2021, o valor contabilístico de materiais em armazém está contabilizado na rubrica de Gastos a reconhecer.



Variação nos Inventários da Produção

Não aplicável.

Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos rendimentos relativo a Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas, períodos de 2021 e 2020:

CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS	2021	2020
Mercadorias	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	4 621 547	4 492 269
Ativos biológicos (consumíveis)	-	-
<b>Total</b>	<b>4 621 547</b>	<b>4 492 269</b>

Nesta rubrica encontra-se registada sobretudo a compra de água em “alta” adquirida à Águas do Centro Litoral, S.A. e à Águas do Vale do Tejo, S.A. e em menor escala à Águas do Planalto, S.A., ao município de Arganil e ao município de Condeixa.

**NOTA 21 - CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO**


Não aplicável.

**NOTA 22 - RÉDITO**

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos rendimentos relativo a Vendas e Prestação de Serviços dos períodos de 2021 e 2020.

VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS por Naturezas	2021	2020
Vendas de Mercadorias	4 510 776	3 960 951
Vendas de Produtos Acabados	-	-
Prestação de Serviços	8 946 968	7 106 951
<b>Total:</b>	<b>13 457 744</b>	<b>11 067 902</b>





VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS por Mercados	2021	2020
Nacional	13 457 744	11 067 902
União Europeia	-	-
Países Terceiros	-	-
<b>Total:</b>	<b>13 457 744</b>	<b>11 067 902</b>

O aumento verificado em 2021 face a 2020, deve-se essencialmente ao processo de ajustamento da faturação que apenas foi concluído no decorrer do primeiro semestre de 2021. O valor apurado no final de 2021 incorpora cerca de € 439 mil relativo ao acréscimo de rendimentos de vendas e prestações de serviços ocorridos no final de 2021 e faturados no início de 2022.

### NOTA 23 - CLIENTES

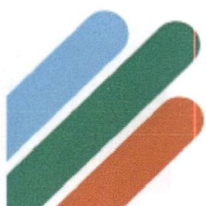
O saldo correspondente à rubrica de Clientes no final do exercício 2021 e 2020 apresenta a seguinte decomposição:

CLIENTES	2021	2020
Clientes conta corrente	1 652 204	2 638 802
Clientes títulos a receber	-	-
Clientes factoring e outros	-	-
Clientes cobrança duvidosa	627 653	-
Clientes perda por imparidade acumuladas	(627 653)	-
<b>Total</b>	<b>1 652 204</b>	<b>2 638 802</b>
Adiantamentos de Clientes	-	-

### NOTA 24 - FORNECEDORES E OUTROS DEVEDORES E CREDORES

O saldo correspondente à rubrica de Fornecedores no final do exercício 2021 e 2020 apresenta a seguinte decomposição:

FORNECEDORES	2021	2020
Fornecedores conta corrente	4 045 009	6 758 795
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores confirming e outros	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Fornecedores perdas por imparidade acumuladas	-	-
<b>Total</b>	<b>4 045 009</b>	<b>6 758 795</b>



A rubrica de Fornecedores encontra-se influenciada pelo valor em dívida aos fornecedores Águas do Centro Litoral, S.A. e Águas do Vale do Tejo, S.A., com € 1,4 milhões e € 812,6 mil, respetivamente, que representam cerca de 55% do total da dívida a fornecedores a 31 de dezembro de 2021.

OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E DÍVIDAS A PAGAR	2021	2020
<b>A RECEBER</b>	<b>13 766 474</b>	<b>5 120 740</b>
Fornecedores - Devedores	3 054	4 432
Ativos por impostos diferidos	377 135	-
Devedores de outras contas de pessoal	-	-
Devedores por adiantamentos ao pessoal	-	-
Devedores de fornecedores de investimentos	-	-
Adiantamentos de fornecedores de investimentos	-	-
Devedores por aumentos de rendimentos	439 366	1 205 670
Outros devedores	12 946 919	3 910 638
Perdas por imparidades acumuladas	-	-
<b>A PAGAR</b>	<b>8 373 929</b>	<b>(1 722 938)</b>
Cientes - Credores	-	-
Remunerações a pagar	-	(343)
Outras contas de pessoal	-	-
Fornecedores de investimentos	-	-
Credores por aumentos de gastos	(1 024 772)	(688 396)
Disponibilidades negativas	-	-
Outros credores	(7 349 157)	(1 034 199)
<b>Total</b>	<b>5 392 545</b>	<b>3 397 802</b>

A rubrica de Outros devedores inclui subsídios para investimentos no âmbito de projetos POSEUR no montante de € 11,7 milhões.

O reporte de imposto decorrente do prejuízo fiscal é reconhecido como um ativo do período em que ocorre. Neste sentido, foi apurado o valor de € 377,1 mil relativo a Ativos por Impostos Diferidos.

A rubrica de Credores por aumento de gastos inclui o valor de € 542,7 mil referente aos gastos que a APIN tenderá a suportar com a operação no município de Penacova, tendo por base o valor da componente fixa do protocolo estabelecido em janeiro de 2020 entre a APIN e os onze Municípios.

A rubrica Outros credores (não corrente) inclui o valor de € 3,7 milhões, referente a acordos de pagamento com a Águas do Centro Litoral, S.A. e a Águas do Vale do Tejo, S.A, bem como a contabilização do saldo de impostos diferidos associados ao reconhecimento dos subsídios ao investimento no valor de € 2,7 milhões (corrente).



**NOTA 25 - ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS**

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a rubrica “Estado e outros entes públicos” no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	2021	2020
<b>Ativo</b>	<b>459 825</b>	<b>370 932</b>
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC)	78 447	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)	-	-
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	381 198	370 932
Segurança social / CGA	-	-
Outros impostos e taxas	180	-
<b>Passivo</b>	<b>(97 911)</b>	<b>(153 227)</b>
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC)	(11 232)	(24 385)
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)	(22 392)	(18 694)
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	-
Segurança social / CGA	(62 930)	(58 258)
Outros impostos e taxas	(1 358)	(51 889)
<b>Total</b>	<b>361 914</b>	<b>217 705</b>

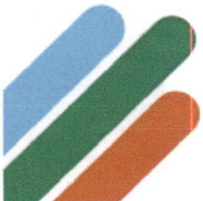
**NOTA 26 - RESULTADOS FINANCEIROS**

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos “resultados financeiros” dos períodos de 2021 e 2020:

RESULTADOS FINANCEIROS	2021	2020
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-
Juros obtidos	-	-
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Juros e gastos similares suportados	<b>87 886</b>	-
Juros suportados	87 886	-
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamentos	-	-
<b>Resultados financeiros</b>	<b>87 886</b>	<b>-</b>

**NOTA 27 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS**

A seguinte tabela evidencia a repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos a 31 de dezembro de 2021 e 2020:





FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	2021	2020
<b>Subcontratos</b>	<b>4 174 441</b>	<b>2 982 048</b>
<b>Serviços especializados</b>	<b>894 648</b>	<b>778 414</b>
Trabalhos especializados	501 471	635 691
Publicidade e propaganda	9 234	26 719
Honorários	-	12 005
Conservação e reparação	361 503	82 573
Outros	22 439	21 426
<b>Materiais</b>	<b>141 422</b>	<b>80 734</b>
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	104 765	70 115
Livros e documentação técnica	95	217
Material de escritório	14 863	10 336
Artigos para oferta	-	-
Outros	21 699	66
<b>Energia e fluidos</b>	<b>809 715</b>	<b>339 294</b>
Eletricidade	355 781	300 784
Combustíveis	453 892	38 489
Outros	43	21
<b>Deslocações, estadas e transportes</b>	<b>2 263</b>	<b>2 943</b>
Deslocações e estadas	746	-
Outros	1 516	2 943
<b>Serviços diversos</b>	<b>795 183</b>	<b>562 827</b>
Rendas e alugueres	163 444	94 987
Comunicação	384 303	382 415
Seguros	78 614	30 971
Contencioso e notariado	1 693	1 413
Limpeza, higiene e conforto	150 710	6 360
Outros serviços	16 420	46 683
<b>Total</b>	<b>6 817 672</b>	<b>4 746 259</b>

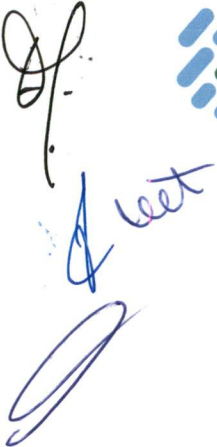
A rubrica de subcontratos representa cerca de 61,2% do total de gastos com fornecimentos e serviços externos. Esta rubrica inclui sobretudo o custo do tratamento de efluentes em “Alta” e o custo com a gestão dos resíduos em “Alta”.

De referir que a Empresa teve custos com a lavagem e desinfeção de contentores no ano de 2021 no valor de aproximadamente € 134,4 mil, registado na rubrica de Limpeza, higiene e conforto.

#### NOTA 28 - GASTOS COM PESSOAL

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos valores relativo a Gastos com Pessoal dos períodos de 2021 e 2020:





GASTOS COM PESSOAL	2021	2020
Remunerações dos órgãos sociais	-	-
Remunerações do pessoal	2 922 322	1 804 426
Benefícios pós-emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre remunerações	644 690	400 125
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	43 844	29 321
Gastos de ação social	-	-
Outros gastos com o pessoal	32 028	53 906
<b>Total</b>	<b>3 642 883</b>	<b>2 287 778</b>

Na rubrica de Outros gastos com o pessoal foram registados € 7,7 mil respeitantes a gastos com fardamento, € 14 mil referente a gastos com Higiene e Segurança no Trabalho e € 2,1 mil relativo a gastos com formação, que correspondem, em conjunto, a 74,4% do total de gastos desta rubrica.

No período de 2021, a Empresa remunerou em média 181 colaboradores.

#### NOTA 29 - OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos rendimentos relativo a Outros Rendimentos e Ganhos dos períodos de 2021 e 2020:

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	2021	2020
Rendimentos suplementares	-	-
Descontos de pronto pagamento obtidos	321	8
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	-	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	3 142	60
Outros rendimentos	46 179	1 151
<b>Total</b>	<b>49 642</b>	<b>1 219</b>

O valor contabilizado em 2021 na rubrica de Outros Rendimentos, incorpora o reconhecimento contabilístico dos subsídios ao investimento no valor de aproximadamente € 24 mil.

**NOTA 30 - OUTROS GASTOS E PERDAS**

A tabela seguinte mostra de uma forma discriminada a rubrica “outros gastos e perdas” considerados nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2021 e 2020:

OUTROS GASTOS E PERDAS	2021	2020
Impostos	27 378	1 046
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dívidas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Gastos e perdas nos restantes investimentos financeiros	-	-
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	-	-
Correções relativas a períodos anteriores	11 735	1 022
Quotizações	630	-
Ofertas e amostras de inventários	-	-
Insuficiência da estimativa para impostos	20 000	-
Outros gastos e perdas não especificados	46 360	45 447
<b>Total</b>	<b>106 103</b>	<b>47 515</b>

**NOTA 31 - GASTOS / REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO**

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos gastos relativo a Gastos / Reversões de depreciação e amortização dos períodos de 2021 e 2020:

GASTOS / REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	2021	2020
Propriedades de investimento	-	-
Ativos fixos tangíveis	336 707	54 256
Ativos intangíveis	75 245	9 250
Reversões	-	-
<b>Total</b>	<b>411 952</b>	<b>63 506</b>

**NOTA 32 - SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS**

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos rendimentos relativo a Subsídios à Exploração dos períodos de 2021 e 2020:

SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	2021	2020
Subsídios do Estado e outros entes públicos	68 806	1 023 290
Subsídios de outras entidades	-	-
<b>Total</b>	<b>68 806</b>	<b>1 023 290</b>



**NOTA 33 - EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO**

Não aplicável.

**NOTA 34 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO**

Não aplicável.

**NOTA 35 - MATÉRIAS AMBIENTAIS**

Não aplicável.

**NOTA 36 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

Não aplicável.

**NOTA 37 - BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS**

Não aplicável.

**NOTA 38 - PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES**

Não aplicável.

**NOTA 39 - EVENTOS SUBSEQUENTES**

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

**NOTA 40 - INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS**

O Conselho de Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto n.º 411/91, de 17 de outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2021, a Empresa não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o n.º de ações próprias detidas em 31 de dezembro de 2021.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

